

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 28.03.2025

Prestar atenção à estabilidade e protecção do emprego dos trabalhadores das operadoras do jogo e dos casinos satélite

Garantir a prioridade dos residentes de Macau no emprego e melhorar os seus rendimentos são políticas importantes para o bem-estar da população. O jogo é a principal indústria, com dezenas de milhares de trabalhadores a contribuírem para o desenvolvimento do sector e da economia, e alimenta muitas famílias. O sector laboral luta e insiste sempre na não importação de mão-de-obra para as funções de *croupier* e supervisor, na contratação prioritária de locais por parte das empresas de lazer e no assegurar de mais locais em cargos de nível médio e superior. Os direitos e a protecção dos trabalhadores do sector também merecem a nossa atenção.

De acordo com os dados, no final do ano passado, o sector do jogo tinha 52 971 trabalhadores a tempo inteiro e, em comparação com os 58 225 antes da epidemia, ou seja, no final de 2019, verifica-se uma redução significativa dos postos de trabalho, devido ao ajustamento do sector que afecta a procura de recursos humanos. Segundo alguns trabalhadores, apesar do aumento do volume de trabalho, não foram recrutados mais trabalhadores, o que resulta na sua insuficiência; alguns casinos recorreram aos equipamentos electrónicos para reduzir o pessoal, e os trabalhadores enfrentam grande volume de trabalho e pressão, assim, facilmente cometem erros e são alvo de advertência, e até enfrentam problemas de segurança e saúde; mais, a organização confusa e o ajustamento constante dos turnos afectam os trabalhadores, pois não conseguem descansar nem tomar conta da família.

Segundo alguns trabalhadores de uma empresa de lazer, estes foram despedidos, alegadamente por não conseguirem cumprir as novas normas da empresa; depois tentaram arranjar emprego noutras empresas de lazer, mas nada mais ouviram, apesar de possuírem as competências técnicas necessárias. Alegadamente, são alvo de verificação de antecedentes e estão na chamada “lista negra de emprego”, situação que prejudica gravemente o seu direito ao emprego.

O prazo de transição de três anos para os casinos-satélites previsto na “Lei do jogo” termina no final deste ano, portanto, a sua continuidade tem implicações com o direito ao emprego de muitos trabalhadores, que estão preocupados com a manutenção do seu emprego e se os salários e regalias vão ser afectados.

Para melhorar a qualidade do emprego e assegurar os direitos e interesses dos trabalhadores do sector do jogo, sugiro o seguinte:

1. O Governo deve acompanhar a garantia de emprego dos trabalhadores dos casinos satélite

Faltam nove meses para terminar o período de transição dos casinos satélites, mas, a sociedade não sabe sobre a sua continuidade. Esta questão envolve milhares de

trabalhadores, incluindo supervisores e *croupiers* contratados directamente pela concessionária e outros trabalhadores contratados pelos casinos-satélite ou que asseguram serviços adjudicados. Espera-se que o Governo tome a iniciativa de comunicar e conhecer a intenção quanto à continuidade desses casinos e elabore planos de contingência, para garantir o emprego dos trabalhadores e evitar que os seus direitos sejam prejudicados.

2. Concretizar a prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego e aumentar a proporção de trabalhadores locais de nível médio e superior nas empresas do jogo

Há que concretizar as responsabilidades sociais das concessionárias previstas na “Lei do Jogo”, incluindo a garantia dos direitos e interesses dos trabalhadores, a formação, a contratação prioritária de trabalhadores locais e a redução da proporção de trabalhadores não residentes, nomeadamente, a exigência de prioridade no acesso ao emprego dos trabalhadores locais no âmbito dos serviços adjudicados; o aumento da proporção dos trabalhadores locais nos cargos de nível médio e superior, incluindo cargos não ligados ao jogo, para promover a ascensão profissional dos trabalhadores locais.

3. Prestar atenção à segurança profissional e à pressão de trabalho do pessoal

No sector do jogo, trabalha-se por turnos e de madrugada, o que afecta, de certa forma, o descanso do pessoal e os cuidados à família. Assim, há que prestar atenção ao problema de o trabalho estar mais pesado e da insuficiência de recursos humanos, assim como ao da segurança profissional devido à organização caótica dos turnos, à substituição dos equipamentos electrónicos ou à gestão inapropriada, etc., no sentido de assegurar que as empresas definam uma gestão mais humanista e adequada, melhorando o ambiente de trabalho.

4. As autoridades devem acompanhar, com seriedade, o problema da “lista negra de emprego” que existe no sector

Alguns residentes ainda continuam a ter dificuldades no acesso ao emprego, entre eles alguns que trabalhavam no sector do jogo e foram despedidas por razões diversas. O problema da “lista negra de emprego” já existe há anos e é uma situação que carece de fundamento legal e em relação à qual não há provas nem critérios objectivos. Aliás, os candidatos não têm mecanismos justos para justificar-se ou recorrer da decisão, nem sequer há um prazo da lista. Mais, mesmo que se trate de um despedimento sem justa causa, é também possível que a pessoa fique nessa “lista negra” para sempre. As autoridades devem tratar, com seriedade, as respectivas queixas e devem ajudar os candidatos em situações difíceis a encontrarem um emprego, a fim de proteger verdadeiramente o seu direito ao emprego.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 28.03.2025

Aderir ao princípio de governar para a população e investir nas pessoas para aumentar o seu sentido de felicidade

No início de Março, realizaram-se em Pequim, com sucesso, as sessões anuais da Assembleia Popular Nacional (APN) e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), durante as quais foi aprovado o Relatório de Trabalho do Governo 2025, que resume exaustivamente as acções de desenvolvimento levadas a cabo pela China, no ano passado, ao abrigo do princípio do progresso com estabilidade e do desenvolvimento em prol da população e do sector comercial. Em particular, propôs-se, explicitamente, o investimento de capital e recursos nas “pessoas” e o “servir” melhor a população, um dos principais destaques destas sessões. Investir capital e recursos no desenvolvimento humano e na sua protecção, bem como deixar que as pessoas gozem, directamente, dos frutos da reforma e do desenvolvimento não só contribui para que as pessoas tenham uma vida melhor, como também promove o desenvolvimento económico resultante dos serviços relacionados com a vida da população. Mediante o aumento do emprego e dos rendimentos e a redução dos encargos dos residentes e o reforço dos incentivos ao consumo, será alcançado um ciclo virtuoso de produção impulsionada pelo consumo, ou seja, a criação de emprego é impulsionada pela produção, o aumento de rendimentos pelo emprego e o aumento do consumo é impulsionado pelos rendimentos, o que reflecte, plenamente, a filosofia de desenvolvimento do país centrada na população.

Macau, enquanto micro-economia altamente aberta, enfrenta factores incertos, tais como a economia mundial, a instabilidade geopolítica, etc., ao mesmo tempo, nesta nova era, as mudanças na estrutura demográfica, nas famílias, nos modelos de consumo dos cidadãos e nas classes de consumo, todas estas mudanças complexas tanto no ambiente interno como no externo vão continuar a afectar o desenvolvimento socioeconómico e a vida quotidiana da população. O Governo deve, por um lado, aproveitar bem os regimes e as vantagens das políticas de benefícios para Macau concedidas pelo Estado e alargar a procura externa, e, por outro, aproveitar activamente o princípio do País de “investir nas pessoas”, como medida para estabilizar a procura interna e a confiança dos residentes, satisfazendo as expectativas da população de Macau para alcançar maior qualidade de vida.

Face ao exposto, na sequência da apresentação das Linhas de Acção Governativa pelo novo Governo, espero que sejam reforçadas as políticas e medidas de beneficência vocacionadas para o bem-estar da população que promovem o desenvolvimento económico e a melhoria da qualidade de vida da população. Ao mesmo tempo, há que rever e aperfeiçoar sistematicamente os serviços públicos e as garantias de bem-estar, tais como o casamento, a natalidade, a educação, o emprego, os serviços médicos, a habitação, a protecção dos idosos, etc., e efectivar um sistema de serviços à população que abranja toda a população e todo o ciclo de vida, incluindo “cuidados para as crianças, educação para os jovens, vencimento para os trabalhadores, assistência médica para os doentes, cuidados para os idosos, habitação para todos e apoio para os mais fracos”, aumentar o sentimento de bem-estar, de poder de compra e de segurança, e levar todos os sectores da sociedade e os residentes a criarem em conjunto uma nova conjuntura para o desenvolvimento de Macau.

1. Investir em benefícios sociais para melhorar a qualidade de vida da população. Espero que o Governo garanta medidas benéficas à população, como a comparticipação pecuniária, os vales de saúde e a injeção de verbas no fundo de previdência central, que estas continuem a vigorar e que defina políticas de benefícios sociais mais precisas para os grupos vulneráveis, nomeadamente os idosos, as crianças, os portadores de deficiência e as suas famílias, para lhes aliviar a vida, assegurando-lhes poder de compra e qualidade de vida. Ao mesmo tempo, há que tomar como referência os documentos das políticas de alto nível do País, tais como o “Relatório de Trabalho do Governo” e o “Plano de Acção Específico para Estimular o Consumo” deste ano, coordenando os diversos serviços públicos no lançamento de medidas de apoio económico, incluindo o subsídio para a criação de filhos, para aumentar a capacidade geral de consumo das famílias e aliviar a pressão com despesas.

2. Aceleração da diversificação adequada da economia e alargamento das perspectivas de desenvolvimento local. Há que recorrer ao aumento do investimento, à criação de fundos para as indústrias, ao reforço da captação de negócios e de capitais, orientar o desenvolvimento das indústrias emergentes. Mais, há que acelerar os trabalhos sobre a articulação com os regimes da Zona de Cooperação Aprofundada, para alargar os espaços de estudo, de emprego e de criação de negócios para os residentes de Macau, e acelerar o dito círculo virtuoso a partir da produção, o qual vai impulsionar o emprego, o aumento dos rendimentos e, por fim, o consumo.

3. Investir na revitalização dos bairros comunitários, dar continuidade aos prémios e incentivos ao consumo em prol do bem-estar da população, do comércio e da procura interna. Com o lançamento da nova ronda dos “Grandes Prémios para o Consumo em Bairros Comunitários”, proponho que, tendo em conta a recuperação da economia comunitária e o respectivo ponto da situação, seja revisto, de forma constante, o investimento nestas iniciativas e seja reduzido o tempo entre as várias rondas de incentivo ao consumo. Há que continuar a “dinamizar” a procura interna e, ao mesmo tempo, reforçar a revitalização e o embelezamento dos bairros antigos, aproveitando as grandes festividades e eventos para puxar o consumo, tudo para que os residentes de diferentes camadas sociais e as pequenas e médias empresas possam sair beneficiados.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 28.03.2025

Reforço do controlo do tabagismo, construção duma cidade sem fumo e protecção da saúde da população

A generalização do tabaco afecta gravemente a saúde e é uma das maiores ameaças à saúde pública que o mundo enfrenta. O Governo tem dado grande importância ao controlo do tabagismo, e em cumprimento do princípio de “promover a saúde, do mais fácil para o mais difícil”, lançou e concretizou, faseadamente, diversas políticas e medidas, em prol da construção dum ambiente sem fumo. Com a entrada em vigor do “Regime de prevenção e controlo do tabagismo”, no dia 1 de Janeiro de 2012, a taxa de consumo do tabaco e produtos derivados tem diminuído. Segundo o relatório de acompanhamento e avaliação do referido regime (2021-2023), entre a população a partir dos 15 anos, esta taxa diminuiu de 16,9%, antes da entrada em vigor da lei, para 11,6% em 2023, e entre os 13 e os 15 anos diminuiu de 9,5% em 2010 para 3,8% em 2021. Estes dados demonstram que, com a liderança do Governo e a colaboração e os esforços da sociedade, as políticas e medidas têm sido eficazes e os resultados são notórios. No entanto, alguns desafios e dificuldades têm de ser resolvidos urgentemente, tais como o aumento da taxa de consumo de cigarros electrónicos na população entre os 13 e os 15 anos, a dificuldade de deixar de fumar por parte dos fumadores de longo prazo e o aumento do número de fumadores do sexo feminino.

A construção duma cidade sem fumo e a protecção da saúde pública são políticas permanentes do Governo. Para promover continuamente o controlo do tabagismo, apresento quatro sugestões.

1. Reforçar a divulgação sobre o controlo do tabagismo junto de determinados grupos de pessoas

Em 2023, o número de mulheres a partir dos 15 anos que consumiam tabaco e produtos relacionados registou uma recuperação significativa em relação a 2011. Segundo o relatório de avaliação, este fenómeno tem essencialmente a ver com os trabalhadores e estudantes não residentes que vivem em Macau, no entanto, a taxa de consumo de tabaco entre as mulheres locais também aumentou ligeiramente em relação a 2019 e 2022. O Governo deve reforçar a divulgação sobre o controlo do tabagismo junto destes grupos de pessoas, com vista a reduzir a taxa de consumo de tabaco.

2. Reforçar a sensibilização dos jovens sobre os cigarros electrónicos

Segundo os dados do “Estudo sobre o consumo de tabaco pelos jovens de Macau 2021”, a taxa de consumo de tabaco tradicional entre os jovens dos 13 aos 15 anos desceu de 7,6% em 2000 para 3,8% em 2021, mas a taxa de consumo de cigarros electrónicos subiu de 2,6% em 2015 para 4,0% em 2021. Esta tendência é preocupante. O Governo deve melhorar os conhecimentos e a percepção dos jovens sobre os malefícios dos cigarros electrónicos e reforçar, em tempo oportuno, o respectivo controlo, para afastar os jovens deste produto.

3. Aperfeiçoar os serviços de cessação tabágica

Entre os consumidores de tabaco e respectivos produtos, a taxa das tentativas de cessação tabágica registou, em 2023, uma queda notória em comparação com os anos anteriores. Entre as pessoas a partir dos 15 anos que consumiam cigarros diariamente, 47,1% deixaram de fumar há mais de 10 anos. Sugiro às autoridades que aperfeiçoem a rede dos serviços de cessação tabágica, reforçando-os e aumentando a sua eficácia.

4. Continuar a otimizar as políticas sobre o controlo do tabagismo

Com os esforços ao longo dos anos, os trabalhos de controlo do tabagismo em Macau já entraram numa nova fase de desenvolvimento. A Convenção para o Controlo do Tabaco já está em vigor há 20 anos, então, sugiro às autoridades que realizem, atempadamente, estudos sobre os novos objectivos e planos de trabalho para controlo do tabagismo, sobretudo tendo em conta as constantes opiniões registadas nos últimos anos na sociedade, segundo as quais se espera que o Governo realize uma consulta pública sobre a proibição das “locomotivas” do tabaco, isto é, o acto de fumar a andar, a fim de reunir consenso social e melhorar as políticas de controlo do tabagismo, em articulação com as estratégias de acção previstas no Plano de Acção para Macau Saudável e com o objectivo de promover a construção de uma cidade saudável e sem fumo.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 28.03.2025

Reforçar os vários tipos de protecção dos idosos e aumentar o montante da pensão para idosos

O envelhecimento da população de Macau continua, no ano passado, os idosos representavam quase 15% da população, e a taxa de dependência dos idosos (20,0%) aumentou 9,5% em comparação com há 10 anos (10,5%). Perante a actual conjuntura económica de Macau e os crescentes encargos das famílias, os idosos, enquanto um dos grupos que mais necessitam de cuidados na sociedade, esperam que o Governo, nas Linhas de Acção Governativa a apresentar em breve, defina protecção e apoio adequados para os idosos. Gostaria de apresentar as três sugestões seguintes:

1. Aumentar o montante da pensão para idosos e reformar o “mecanismo de ajustamento regular das prestações da segurança social”.

Os idosos em geral dependem da pensão para idosos e das suas poupanças para sobreviverem. Apesar do aumento dos preços, a pensão para idosos mantém-se em 3740 patacas há quatro anos consecutivos, e a razão para o atraso do seu aumento deve-se ao facto de a inflação acumulada não ter ultrapassado os 3%. Porém, ao abrigo do mecanismo vigente, mesmo que seja inferior a 3%, o Governo pode avaliar o nível básico de protecção na velhice para proceder aos devidos ajustamentos. Assim, proponho que se aumente o montante da pensão para idosos, para aliviar a pressão dos idosos.

Mais, o Índice de Preços no Consumidor (Geral) previsto no mecanismo de ajustamento regular das prestações do regime da segurança social não consegue reflectir objectivamente a situação real do consumo entre os idosos. Assim, espera-se que as autoridades efectuem uma reforma e que definam um “índice de preços no consumidor para os idosos”, para o ajustamento da pensão para idosos acompanhar ainda mais de perto das necessidades do dia-a-dia dos idosos.

2. Aumentar as vagas nos lares de idosos e melhorar as garantias para os idosos e os diversos tipos de cuidados permanentes

Perante a pressão resultante quer dos apertados recursos em termos dos lares, quer do ritmo acelerado do envelhecimento populacional, o Governo deve explorar canais de colaboração através dos cuidados transfronteiriços para os idosos, criando um sistema cuja componente principal seja Macau em sinergia com a Grande Baía. De acordo com os estudos e planeamento do Governo, o indicador para planear o rácio dos lares e a oferta de vagas é 3,4% da população a partir dos 65 anos. Perante as vagas actuais, e mesmo contando com as 900 vagas que vão estar disponíveis em 2028, a falta de vagas vai ser mais grave, tendo em conta o constante envelhecimento populacional.

Nos últimos anos, muitos idosos de Macau optam por aposentar-se e passar a velhice na província de Guangdong, as Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía apoiam expressamente o aprofundamento da colaboração no âmbito da terceira

idade, e mais de 4000 idosos, no mínimo, já fixaram residência nas nove cidades da Grande Baía. Segundo o Instituto de Acção Social, são poucos os idosos que optam por lares do Interior da China, no entanto, a política de manutenção dos idosos no exterior ainda se mantém numa fase de iniciativa própria, sem qualquer apoio sistemático.

Como agora os residentes de Macau que reúnem condições podem adquirir o seguro básico de saúde do Interior da China, e a rede rodoviária do Interior da China é cada vez mais conveniente, o Governo deve tomar como referência o Plano de prestação de cuidados em lares de Guangdong, adoptado em Hong Kong, isto é, comprar vagas em lares de qualidade do Interior da China, a fim de proporcionar aos idosos, que estão em lista de espera por um lar, uma opção de “passar a velhice na Grande Baía”. Deve ainda estudar a integração do conceito de “passar a velhice no exterior” na próxima fase do “Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos”, a fim de concretizar, em simultâneo, os princípios de “manutenção dos idosos no domicílio” e de “passar a velhice no exterior”, aliviando a pressão local ao nível da protecção na velhice, e criando planos de protecção na velhice mais diversificados e acessíveis.

Em Macau, existem sete equipas de serviços de apoio domiciliário, que prestam serviços de entrega de refeições, limpeza e troca de medicamentos, entre outros, trabalhos estes que merecem o nosso reconhecimento. Como o actual regime de apoio financeiro não se baseia no número de trabalhadores, as instituições com maior número de trabalhadores sofrem pressão em termos de recursos humanos. Espera-se que o Governo reveja, atempadamente, a distribuição de recursos, no sentido de aperfeiçoar os cuidados permanentes aos idosos.

3. Aumentar as instalações culturais, recreativas e desportivas para os idosos

As actividades culturais e recreativas revestem-se de particular importância para a saúde física e mental dos idosos. Neste momento, faltam espaços para essas actividades e as instalações são distribuídas de forma desigual. Sugere-se ao Governo que, aquando do planeamento das instalações recreativas dos bairros comunitários, pondere bem sobre as necessidades dos idosos e crie instalações recreativas mais diversificadas, para os idosos poderem ter uma vida tranquila.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 28.03.2025

Promover o sistema de educação de elevada qualidade para criação de uma zona de excelência para a educação e talentos

A educação é a base para a construção de um país forte e para o rejuvenescimento nacional. Em Janeiro deste ano, o Estado publicou as Linhas Gerais do Plano para a Construção de um País Forte através da Educação 2024-2035, que estabelece claramente o plano de acção para alcançar faseadamente, até 2027, importantes resultados na construção de um país forte com base na educação, cuja conclusão será em 2035. Macau é um elemento importante do sistema educativo nacional e uma importante janela aberta para o interior da China e o mundo. Se Macau incorporar a estratégia nacional e promover o desenvolvimento de uma educação de qualidade mais elevada, aproveitando plenamente as funções únicas e as vantagens especiais do seu posicionamento como “um centro, uma plataforma e uma base”, vai assim contribuir para a construção de um país forte através da educação, um rumo importante para o futuro desenvolvimento deste sector.

Como disse o Presidente Xi Jinping, para forjar o ferro, é preciso ser forte. Desde o retorno à Pátria, sob o eixo da acção governativa de "promover a prosperidade de Macau através da educação e construir Macau através da formação de talentos", as políticas e o sistema educativo de Macau têm vindo a sofrer grandes mudanças, tendo-se registado um grande desenvolvimento na promoção da igualdade e do nível da educação. No entanto, face às novas mudanças nos objectivos do planeamento nacional, nomeadamente, à procura de talentos inovadores e às exigências da alta qualidade da educação, o Governo deve, com base no passado, injectar uma maior dinâmica no desenvolvimento educativo de Macau, construindo um ambiente propício à reforma e inovação da educação e assim atingir o objectivo de contribuir para a construção de uma grande potência educativa dotada de muitos talentos de alto nível.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Definir claramente o plano de desenvolvimento do ensino e criar condições para a reforma e a inovação

Um planeamento educativo completo é muito importante para a promoção do ensino de qualidade e é também a uma importante base para a formação de talentos com capacidade inovadora. Assim, proponho ao Governo que, tendo em conta futuro o rumo e a conjuntura da educação, defina um plano de desenvolvimento perfeito, e que, com o pleno apoio e acompanhamento, optimize o ambiente e as instalações educativas, e ao mesmo tempo, apoie, em termos de regime, as entidades titulares para enfrentarem, firmemente, os problemas decorrentes da baixa taxa de natalidade, preste atenção à equidade dos investimentos na educação nos diferentes tipos de escolas, ajudando-as a concentrarem-se no desenvolvimento e na melhoria da qualidade do ensino, criando condições e espaço suficientes para o desenvolvimento do ensino de alto nível, e concretizando as mudanças em termos de quantidade e qualidade dos recursos educativos, os quais são terreno fértil, em todas as fases, para formar talentos de alta qualidade.

2. Consolidar o profissionalismo do corpo docente e as bases de uma educação de qualidade

Os docentes são a base do ensino e força motriz da inovação educativa. Face ao desenvolvimento profissional do pessoal docente, o Governo deve promover o seu desenvolvimento de alta qualidade; aproveitar os nossos recursos de docência; dar flexibilidade e condições para criar postos de ensino diversificados e profissionais; aumentar a estabilidade do corpo docente local; apoiar os docentes a concentrarem-se na pedagogia diária, na formação dos alunos e na investigação educativa, para que o ensino local seja diversificado, inovador e profissional. Deve ainda criar um fundo de investigação pedagógica; e promover a investigação pedagógica local junto dos professores experientes, em articulação com as necessidades do País e de Macau na promoção do desenvolvimento da educação de alta qualidade.

3. Promover o intercâmbio e a interacção na educação e aprofundar as vantagens locais.

O referido “Planeamento para a Construção” define claramente a necessidade de reforçar o papel da educação como o pilar para a ciência, tecnologia e talentos. A estratégia e o projecto-piloto da reforma educativa estão interligados à construção do centro internacional de inovação científica e tecnológica da Grande Baía. Assim, sugiro que o Governo apoie, de forma activa, os trabalhos de cooperação e aliança das instituições de ensino de Macau com as do interior e do exterior da China, e através da orientação de especialistas, apoie o desenvolvimento dos cursos com características próprias, a modernização e a reconversão das acções de formação de forma mais diversificada. Mais, é preciso aprofundar a cooperação entre as instituições de ensino superior das três regiões em diversas vertentes, nomeadamente, no âmbito do desenvolvimento da investigação científica, da transferência de conhecimentos, da industrialização dos resultados e orientação para o mercado, promovendo ainda mais uma cooperação aprofundada no sentido de ultrapassar barreiras, criar mais cursos e plataformas de intercâmbio de alto nível, materializando assim o apoio pedagógico mútuo entre as três regiões em relação aos talentos, à inovação científica e tecnológica e à construção de um País forte.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 28.03.2025

Melhoria das políticas de emprego dos jovens e da coordenação entre estudo e emprego

O Relatório de Trabalho do Governo da China deste ano centra-se na protecção dos meios de subsistência e na governação social, sublinhando que o emprego é “a essência dos meios de subsistência das pessoas” e que, no futuro, há que reforçar o apoio e as políticas de emprego, aumentar o apoio financeiro, implementar programas específicos e aplicar políticas preferenciais para promover o emprego. Outro ponto fundamental é o alargamento dos canais de emprego para os jovens, o reforço da protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores em novos modelos de emprego e a promoção da formação técnico-profissional, da orientação para as competências e do sistema remuneratório, na esperança de reforçar direitos e interesses a diferentes níveis.

Este ano far-se-á a revisão intercalar da "Política de Juventude de Macau", e o Governo já iniciou os trabalhos de revisão e estudo, e afirmou que ia proceder a ajustamentos de acordo com a realidade social, reunindo esforços para promover os trabalhos relacionados com os jovens. De facto, nos últimos anos, em articulação com a estratégia de diversificação económica, o Governo tem-se esforçado por reforçar o emprego para jovens, por exemplo, organizou recentemente sessões sobre bolsas de contacto para empresas das áreas da ciência e tecnologia, abrangendo vários postos de trabalho nas áreas de tecnologia informática, inteligência artificial, tecnologia financeira actual e medicina tradicional chinesa.

No entanto, Macau está a enfrentar uma fase de integração regional e de transformação económica, e uma parte dos jovens está a enfrentar dificuldades no acesso ao emprego, devido à falta de correspondência entre os estudos e a profissão. Segundo os dados recentemente divulgados pelas autoridades, nos próximos três anos, haverá um excesso de oferta de talentos na área da medicina, e a sociedade tem de continuar a analisar as dificuldades de equiparação profissional enfrentadas pelos jovens na escolha de empregos.

Para aperfeiçoar a política de emprego dos jovens e garantir a articulação entre os estudos e o emprego, apresento as seguintes sugestões:

1. Reforçar, de forma contínua, a articulação entre o planeamento da carreira profissional e o sistema de educação

No futuro, as escolas devem integrar mais cursos sobre o planeamento da vida profissional, especialmente nos ensinos secundário e superior, para ajudar os alunos a conhecerem as novas tendências industriais e a definirem claramente o rumo da carreira profissional, permitindo-lhes assim inteirarem-se das necessidades das indústrias e interligá-las aos seus interesses pessoais, e através da realização de palestras, *workshops*, exploração vocacional, etc., orientar os alunos na exploração dos seus interesses e vocação profissional.

2. Reforçar continuamente a cooperação entre empresas e escolas e o regime de estágio

Devemos aproveitar as vantagens regionais, reforçar a cooperação entre as indústrias e as escolas e criar uma base de estágio na Zona de Cooperação Aprofundada, para os alunos conhecerem as suas necessidades profissionais. Importa ainda promover a cooperação com as empresas estabelecidas na zona para oferecer mais estágios de curta duração, especialmente relacionados com as quatro novas principais indústrias de Macau, para os alunos poderem acumular experiência e ajustar o rumo da carreira profissional, elevando a sua competitividade no emprego e a capacidade de adaptação ao mercado de trabalho.

3. Alargamento de oportunidades através do reforço da cooperação regional e promoção da inovação e do empreendedorismo

É necessário aproveitar a posição única de Macau na Grande Baía, promover a cooperação inter-cidades, alargar os canais de emprego para os jovens, e criar mais oportunidades de emprego. Por exemplo, deve haver maior contacto dos jovens com as indústrias através do reforço da cooperação entre as indústrias, a ciência e a tecnologia de Nansha, em Guangzhou, promover o empreendedorismo juvenil, bem como a participação dos jovens locais na realização de estágios transfronteiriços e nos planos de inovação e empreendedorismo. Ao mesmo tempo, na política local do empreendedorismo, é de reduzir os requisitos para a criação de negócios e acelerar a incubação de mais “empresas gazela” locais.

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio, Pang Chuan e Kou Kam Fai em 28.03.2025**Macau deve aproveitar novas oportunidades de integração e desenvolvimento à medida que o país abre uma grande era de inovação científica e tecnológica**

A Assembleia Popular Nacional (APN) e a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC) encerraram com sucesso. Num contexto de grandes mudanças no mundo, as novas áreas como a inteligência artificial, a tecnologia quântica e as indústrias aérea e aeroespacial deram azo a uma nova concorrência no domínio da ciência e da tecnologia. Este ano é o ano em que termina o “14.º Plano Quinquenal” e se elabora o “15.º Plano Quinquenal”, e à medida que o desenvolvimento do país entra numa nova direcção, a inteligência artificial tornou-se um tema quente de discussão durante as sessões anuais da APN e da CCPPC. O primeiro-ministro Li Qiang propôs, no relatório de trabalho do governo, continuar a promover a acção “Inteligência Artificial +”, apoiar a aplicação extensiva de grandes modelos e conjugar a tecnologia digital com a produção e o mercado. Segundo as notícias, a *DeepSeek*, IA chinesa, resumiu em quatro palavras-chave com a maior ocorrência em mais de 2 mil reportagens sobre as sessões anuais da APN e da CCPPC: desenvolvimento, inovação, ciência e tecnologia, bem como indústria, e as indústrias com a maior frequência de menções abrangem a inteligência artificial, o fabrico inteligente e as ciências da vida.

Macau deve tirar lições do espírito das sessões anuais da APN e da CCPPC, ficar a par da tendência geral do desenvolvimento nacional, tomar a iniciativa e planear com antecedência, e reforçar a sua dinâmica de desenvolvimento no processo de integração no desenvolvimento nacional global. Para o efeito, gostaríamos de fazer duas sugestões:

1. Promover a educação da inteligência artificial (IA) e o desenvolvimento dos docentes, construir ecossistemas de inovação. A inovação tecnológica depende de talentos, a formação de talentos depende do ensino e os resultados do ensino dependem dos docentes. Por isso, propomos a criação adequada de cursos de aplicação prática da inteligência artificial nos ensinos primário e secundário, para formar talentos com literacia em tecnologia digital. Ao mesmo tempo, há que promover a cooperação entre as universidades locais e as empresas avançadas na criação de uma base estratégica de inteligência artificial, impulsionando a implementação de tecnologias e construindo ecossistemas de inovação em matéria de IA. Além disso, há que reforçar o investimento na formação de docentes, pois, o cerne da educação reside nas qualidades e capacidades profissionais dos docentes em transmitir aos alunos conhecimentos no campo da IA, promovendo-se, assim, a inovação e o desenvolvimento de todo o sistema educativo.

2. Promover a "ciência tecnológica + cultura" e capacitar o desenvolvimento inovador de "Uma Base". O filme “*Ne Zha 2*” está no top 5 das bilheteiras mundiais na história do cinema, e muito mais significativo do que o sucesso comercial é o símbolo que representa na indústria cinematográfica chinesa, o soft power cultural e a inovação cinematográfica e televisiva a nível mundial. Da “estética oriental” do “*Black Myth: Wukong*” ao “algoritmo chinês” do *DeepSeek*, do “espírito de resistência” de “*Ne Zha 2*” ao “projecto para uma nação forte” das reuniões da Assembleia Popular Nacional (APN) e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), a China está a escrever uma epopeia

civilizacional única no processo de modernização, tendo a cultura como alma e a tecnologia como asas. Macau deve basear-se nas "necessidades do País e nas vantagens próprias de Macau" e envidar esforços precisos na formação de talentos, na valorização industrial, na cooperação regional e na inovação institucional, promovendo activamente a "capacitação tecnológica + recriação cultural", escrevendo um capítulo único de Macau no sistema nacional de inovação.

O sucesso de " *Black Myth: Wukong* ", " *Ne Zha 2* " e "Deepseek" demonstra a profunda integração entre a ciência tecnológica e a cultura, delineando uma imagem diversificada no rejuvenescimento da nação chinesa. Isto mostra que a cultura e a educação científica devem andar lado a lado, e que ambos se complementam, promovendo conjuntamente a prosperidade da civilização chinesa na era digital, ajudando a contar bem a história do Oriente no palco mundial, fundando a epopeia da civilização oriental, e ao mesmo tempo, injectando uma nova vitalidade na construção da "cultura de Macau".

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 28.03.2025

Resolver adequadamente a questão da sobrevivência dos “casinos-satélite” para garantir o emprego dos residentes e a economia comunitária

Tendo em conta a alteração e a vigência da Lei n.º 16/2001 “Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino”, as concessionárias só podem pagar às sociedades gestoras apenas a retribuição relativa à gestão, não sendo permitida a partilha das receitas dos casinos com aquelas ou o pagamento de comissões às mesmas. Os actuais “casinos-satélite” podem continuar a operar por mais três anos, segundo o modelo original, sendo que o prazo termina no final deste ano. (Nota 1 e Nota 2) Uma vez que o modelo de exploração vai ser ajustado em breve, alguns “casinos satélite” já foram sucessivamente encerrados.

Segundo as estimativas dos órgãos consultivos para o sector imobiliário, existem actualmente 11 “casinos satélite” com cerca de 4 000 trabalhadores do sector do jogo e da hotelaria, já as lojas associadas nas suas imediações têm cerca 5 500 trabalhadores, perfazendo um total de 13 500 trabalhadores, o que representa 4,6 por cento do total da força laboral de Macau. É de salientar que estes dados não incluem fornecedores ou prestadores de serviços dos “casinos satélite” e dos seus hotéis. (Nota 3)

Segundo alguns trabalhadores que celebraram contrato de trabalho com as concessionárias, a sobrevivência dos “casinos-satélite” é incerta. Embora os trabalhadores venham a ser contratados pelas concessionárias quando os “casinos-satélite” encerrarem, os mesmos continuam preocupados com a capacidade das concessionárias em organizar adequadamente o trabalho para um grande número de trabalhadores num curto espaço de tempo, e com a possibilidade de virem a ser despedidos por não conseguirem manter os seus postos de trabalho. Segundo os trabalhadores contratados directamente pelos “casinos-satélite”, quando estes encerrarem, os mesmos ficarão desempregados. Sendo o pilar económico das suas famílias, estão particularmente preocupados com a mudança no mercado de trabalho e na procura de recursos humanos nos últimos anos, o que torna a procura de novo emprego mais difícil do que no passado.

Muitas micro, pequenas e médias empresas, incluindo estabelecimentos de restauração, comércio a retalho, vestuário, etc., dependem dos clientes dos “casinos-satélite”, ou seja, a situação envolve muitos trabalhadores residentes. Caso ocorra uma onda de encerramentos em grande escala dos “casinos-satélite”, não só será afectado o mercado de trabalho, como também as micro, pequenas e médias empresas, que já enfrentam dificuldades operacionais, serão gravemente afectadas.

Assim sendo, apresento as seguintes duas opiniões e sugestões:

1. Faltando apenas 9 meses para o termo do período de transição dos “casinos-satélite”, a sua sobrevivência não é clara e o seu futuro incerto. Os trabalhadores em causa estão perplexos e as micro e PME dos bairros comunitários próximos desses casinos estão preocupados. O Governo deve, tendo como objectivo a sobrevivência dos “casinos-satélite”, coordenar as negociações entre as concessionárias e os “casinos-satélite” para chegarem a

um consenso e salvaguardar, eficazmente, o emprego dos residentes locais e estabilizar a economia comunitária.

2. O Governo deve proceder à avaliação da situação de desemprego causada pelo eventual encerramento de um grande número de “casinos-satélite” e do seu impacto na economia comunitária, elaborando planos de contingência e divulgando, a tempo, as respectivas informações, para reduzir as preocupações e impactos sociais.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 28.03.2025

Acelerar a integração Hengqin-Macau e concretizar a diversificação adequada da economia de Macau a partir do futebol

No início deste mês, enceraram com sucesso as sessões da 14.^a Assembleia Popular Nacional e da 14.^a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, durante as quais foi feito o balanço dos resultados do 14.^o Plano Quinquenal e discutido o 15.^o Plano Quinquenal a lançar em breve, e foram apresentadas metas para o próximo século, isto é, com base na ideia de “manter a estabilidade enquanto se procura o progresso”, insistir no aprofundamento da reforma, no alargamento da abertura, na tolerância e na prosperidade conjunta, promovendo constantemente o desenvolvimento de alta qualidade e a modernização em todos os aspectos, em prol do aumento da capacidade de inovação tecnológica e do desenvolvimento verde e sustentável.

O Secretário-Geral Xi Jinping, no seu importante discurso, salientou o seguinte: nestas novas era e jornada, é necessário conhecer bem as necessidades da modernização ao estilo chinês na educação, ciência e tecnologia, e quadros qualificados, e reforçar o papel da primeira enquanto suporte dos últimos, para se conseguir um cenário dinâmico em que os quadros qualificados proliferem e dêem pleno uso aos seus dons e talentos.

A Zona de Cooperação entra este ano no início do aprofundamento da construção faseada, por isso, há que ter em mente o importante espírito de orientação do Presidente Xi Jinping em relação à exploração de Hengqin, promover a diversificação adequada da economia de Macau e acelerar o desenvolvimento da Zona de Cooperação, uma nova força motriz para o desenvolvimento de Macau. Macau deve aproveitar as vantagens geográficas e de recursos da Zona de Cooperação para a sua integração, e tendo como objectivo a integração urbana, promover a implementação de mais legislação e políticas para quebrar os obstáculos existentes e atrair a entrada de mais recursos nacionais e estrangeiros, a fim de reforçar a força motriz de Macau enquanto motor da Grande Baía e de contribuir para o seu desenvolvimento.

A realização dos Jogos Nacionais em Guangdong, Hong Kong e Macau, em Novembro de 2025, reveste-se de grande significado e é um marco importante na promoção do desenvolvimento desportivo da Grande Baía. Sendo o desporto uma parte importante da estratégia de desenvolvimento “1+4”, Macau e a Zona de Cooperação devem colaborar e aproveitar bem o papel e as vantagens da plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa, para introduzir as modalidades desportivas fortes destes últimos e complementar os pontos fracos no âmbito do desporto.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Reforçar o investimento de recursos no desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada. Sob o lema “Negociar, construir, gerir e partilhar em conjunto”, serão construídas infra-estruturas públicas, incluindo um estádio de futebol de nível internacional e instalações desportivas integradas, um grande centro logístico e de carga, o centro de

tratamento de resíduos de materiais de construção, o sistema ferroviário e o centro modal de transportes, de modo a elevar eficazmente a competitividade geral regional.

2. Criar um “modelo inovador de funcionamento das instalações desportivas”, introduzir um mecanismo de gestão por níveis, proceder à coordenação na utilização detalhada dos recursos e elevar a eficácia da utilização das instalações e, ao mesmo tempo, estabelecer cooperação profunda com a Superliga Portuguesa, para a criação, em conjunto, duma “Base Permanente de Treino”, com vista a atrair equipas de topo da Europa para formação e realização de jogos itinerantes, promovendo o intercâmbio desportivo e cultural a nível internacional.

3. Com o objectivo de chegar ao nível das equipas asiáticas, há que formar talentos do futebol locais (incluindo jogadores, treinadores e gestores), promover o desenvolvimento da cadeia industrial do futebol entre Hengqin e Macau, e transformar Macau numa ponte importante para o intercâmbio e a cooperação entre os Países de Língua Portuguesa e a China ao nível do futebol.

4. Aprofundar a colaboração comercial com os Países de Língua Portuguesa na área do futebol, introduzir as suas famosas marcas e competições de alto nível, organizar actividades diversificadas, criar uma plataforma de eventos internacionais, atrair fãs da Ásia Oriental até Macau para assistirem aos jogos, e promover ainda mais o aumento da qualidade do turismo.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 28.03.2025

Optimização do mecanismo de cuidados de saúde Hengqin-Macau para facilitar o acesso dos residentes a tratamento médico

Face à promoção contínua da ligação entre Macau e Hengqin, em termos de *software* e *hardware*, e à extensão a Hengqin das instalações complementares nas áreas de educação, dos cuidados de saúde, dos serviços comunitários, etc., cada vez mais residentes de Macau optam por viver e trabalhar lá. O Presidente Xi Jinping apresentou, no ano passado, o novo posicionamento de “Macau+Hengqin”, injectando uma nova dinâmica na sua integração; e com a entrada na 2.^a fase da construção de Hengqin, criar um ambiente propício para viver e trabalhar, semelhante a Macau, torna-se um elemento chave da integração entre as cidades.

Os cuidados de saúde são a raiz do bem-estar da população. O Posto de Saúde do Novo Bairro de Macau e o Hospital de Hengqin - Primeiro Afiliado à Universidade de Medicina de Guangzhou, entre outros, estão a ser construídos em Hengqin, constituindo canais mais convenientes de acesso ao tratamento médico. Mas a política de saúde não é suficiente no que diz respeito aos serviços entre zonas, pois não satisfaz as necessidades reais dos residentes, incluindo os cuidados de saúde gratuitos que são prestados, principalmente, no Centro Hospitalar Conde de São Januário e nos centros de saúde; se os residentes precisarem de cuidados de saúde gratuitos em Hengqin podem ir ao Posto do Novo Bairro de Macau ou têm de se deslocar primeiramente ao Centro Hospitalar para consulta médica, e só depois de obter a devida autorização é que podem ser transferidos para o Hospital de Hengqin, o que é extremamente inconveniente para os residentes de Macau que vivem em Hengqin, pois não só aumenta o custo temporal como também reduz a eficiência dos serviços médicos.

Contudo a capacidade e o nível médico dos Hospitais de Hengqin melhoraram significativamente, aliás foram seleccionados como "Centros Médicos Regionais Nacionais", e as instalações físicas e as técnicas de saúde destes estão ao dispor de um maior número de residentes de Macau, contudo é urgente optimizar as políticas e simplificar as formalidades para que os residentes possam usufruir directamente dos bons e eficientes serviços médicos de Hengqin, promovendo a integração profunda dos recursos médicos de Macau e de Hengqin.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Com a entrada na segunda fase da integração Hengqin-Macau, há que acelerar os trabalhos de cooperação mais aprofundada relacionada com a vida da população, estudando a possibilidade de aquisição de serviços médicos, ou seja, estender o sistema de saúde de Macau às instituições médicas de Hengqin, dirigidas, a título experimental, aos doentes crónicos ou a certas especialidades médicas, para que os residentes de Macau possam receber tratamento médico directamente em Hengqin. Isso vai aliviar a pressão do Centro Hospitalar Conde de S. Januário, tirando-se proveito dos recursos profissionais e dos equipamentos mais avançados do hospital de Hengqin e elevando-se a eficiência e a qualidade dos serviços médicos em geral.

2. Mediante a emissão de um “cartão de acesso a cuidados de saúde da Zona de Cooperação em Hengqin”, os residentes de Macau poderão usufruir de cuidados de saúde gratuitos nas instituições médicas de Hengqin, portanto, os residentes recorrem, primeiramente, ao posto de saúde do Novo Bairro de Macau, e se for necessário efectuar um tratamento mais aprofundado serão transferidos para o hospital de Hengqin, apresentando o respectivo comprovativo para usufruir da assistência médica gratuita e ter acesso aos cuidados de saúde.

José Maria Pereira Coutinho

“A necessidade de reduzir do número de Trabalhadores Não Residentes”

Nestes tempos, encontramos com bastante regularidade jovens e adultos desempregados. Os jovens são dos grupos mais afectados que continuam a viver na casa dos pais, adiam os casamentos e a procriação porque sabem que mesmos sendo empregues, são empregos, sem garantias de estabilidade, segurança e durabilidade e que podem dum dia para outro dia serem substituídos por trabalhadores não residentes (TNR).

Do contacto regular que tive com estes os jovens, eles invocam como principais dificuldades na procura de emprego, as baixas remunerações que não têm acompanhado o custo de vida e que são manifestamente insuficientes para quem resida e vive em Macau, o que não acontece com a maioria dos TNR que residem, gastam e consomem além-fronteiras.

Estes jovens, que tenho estado a contactar, referiram que têm a percepção de que no contexto actual há mais procura que oferta de empregos aumentando as dificuldades de colocação no mercado de trabalho. Sem alternativas de serem empregues estes jovens limitam-se a continuar a estudar para adquirir e aprofundar conhecimentos e competências, e a possibilidade de conseguir um emprego mais bem remunerado noutras paragens, desistindo do mercado local. E esta, é uma das principais razões do não retorno de jovens licenciados no estrangeiro ou a “fuga” dos talentos locais para outras paragens.

E é, ao Governo de Macau, quem compete diagnosticar correctamente o actual cenário de dificuldades de empregabilidade e implementar com urgência fortes medidas que consigam inverter o actual cenário.

Vejamos que neste momento são de cerca de 211 mil o número mais recente de TNR autorizados e somente no ramo de hotelaria, restaurantes e similares são cerca de 55 mil, nas actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas são quase 24 mil e no sector actividades culturais, recreativas, lotarias e outros serviços atingem cerca de 12 mil que somados perfazem 91 mil TNR.

Destes 91 mil TNR muitos são trabalhadores de “colarinho branco” que executam trabalhos de mero expediente administrativo nos bancos, empresas financeiras e seguradoras, nos escritórios, nas relações-públicas das concessionárias etc., e normalmente ganham um salário mensal alguns com comissões e gorjetas. Ora, muitos destes postos de trabalho poderiam ser ocupados pelos trabalhadores locais nomeadamente por jovens licenciados que neste momento lutam com grandes dificuldades de serem empregados.

Os dados de desemprego no interior do continente apontem que de 16 a 21 anos a taxa de desemprego ronda os 16.9%, dos 25 a 29 anos oscila nos 7.3% e dos 30 a 59 anos de idade está nos 4.3%.

Em Macau a taxa de desemprego ronda os 1.9%, números que não reflectem a realidade e a percepção da maioria das pessoas que nós temos estado a contactar no dia a dia.

O Governo de Macau deve prestar uma maior atenção quanto ao aumento do número de jovens e adultos pagos à hora, mas que trabalham a tempo inteiro. Estes não são contabilizados como desempregados, mas servem de números para a contratação de trabalhadores não residentes cujos salários são inferiores e têm menos benefícios laborais e sociais.

O aumento de horas na modalidade de tempo parcial está a esvaziar os postos de trabalho em tempo integral, uma vez que beneficia o bolso do empregador por não ter de assumir quaisquer encargos com os benefícios sociais e direitos laborais. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta no relatório The World Employment and Social Outlook 2015 (WESO) que a medida foi prejudicial na Europa quando foi lá implantada. A pesquisa independente identificou a queda de mais de 3 milhões de postos de trabalho de tempo inteiro. E é isto que está a acontecer na RAEM com o gradual desaparecimento de postos de trabalho a tempo inteiro pagos a mês e ano que são substituídos postos de trabalho a tempo parcial.

Finalmente, chamo a atenção das autoridades competentes para serem mais responsáveis no cumprimento o nº 1 e nº 2 da Lei n.º 4/98/M de 29 de Julho, de que o princípio geral é a de que a contratação de TNR na RAEM apenas é admitida quando, cumulativamente, vise suprir a inexistência ou insuficiência de trabalhadores residentes e que os trabalhadores a tempo parcial não sejam usados como meros números e

despedidos após sucesso na autorização de mais trabalhadores não residentes.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 28.03.2025

Implementar a política de imigração por investimento e elevar a eficiência da administração pública, para criar um bom ambiente social e de negócios

Com a tomada de posse do novo Governo, os diversos sectores sociais depositam grande esperança no mesmo. Em resposta às solicitações da população, o Governo lançou, no dia 24 de Março, a actividade “Grande Prémio para o Consumo nas zonas comunitárias 2025” e o desconto imediato de 300 patacas para idosos, medidas estas que obtiveram o reconhecimento de toda a população. Mas, os residentes continuam a enfrentar diversas dificuldades no seu dia-a-dia, tais como, alta taxa de inflação, rendas elevadas, dificuldades em aceder aos serviços médicos e aos transportes públicos, etc., e o apoio aos idosos e grupos carenciados é insuficiente, portanto, os mesmos esperam que o 6.º Governo ouça, seriamente, as opiniões da sociedade e implemente novas orientações políticas e medidas concretas para responder às suas necessidades e expectativas.

O mercado imobiliário encontra-se em recessão e o número de transacções é baixo. Muitos residentes que adquiriram habitações nos últimos anos já se encontram em risco de insolvência grave, além disso, a recuperação económica está extremamente desequilibrada, e os investidores não têm confiança suficiente no futuro da economia. Há quem entenda que o Governo deve adoptar medidas eficazes para atrair novos capitais para impulsionar o mercado imobiliário e o desenvolvimento económico. Ao mesmo tempo, a eficiência administrativa não corresponde totalmente às necessidades do desenvolvimento económico da sociedade, havendo ainda espaço para melhorar o desempenho da administração pública. Aliás, os idosos e as comunidades desfavorecidas também enfrentam problemas como a falta de apoio social e de recursos médicos, aliás, o custo de vida é alto, e a pensão para idosos não é aumentada desde 2020.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões ao novo Governo:

1. Tomar como referência a experiência de Hong Kong, e tendo em conta a realidade de Macau, há que implementar, quanto antes, a política de fixação de residência através de investimentos relevantes em lojas, escritórios ou habitações de alto nível, no valor de 20 a 30 milhões de patacas, e oferecer medidas complementares para apoiar os investidores na exploração das suas actividades. Isto pode injectar vitalidade na economia dos bairros comunitários, melhorando o ambiente de negócios e, com a vinda de investidores estrangeiros de diferentes áreas, isto pode também trazer modelos inovadores de negócios aos bairros comunitários, aumentando ainda mais a atractividade dos investimentos em Macau. Mais, estas medidas podem “abastecer” efectivamente o mercado imobiliário, aliviando a elevada taxa de desocupação das lojas.

2. Elevar constantemente a eficiência administrativa, rever os actuais procedimentos de apreciação e autorização, simplificar as formalidades, encurtar o período sem actividade durante o qual as lojas não podem entrar em funcionamento, após arrendamento ou aquisição, devido a questões de licenciamento, para que os investidores possam iniciar a sua actividade o mais rápido possível e reduzir os custos de investimento inicial, a fim de

optimizar ainda mais o ambiente de negócios local, atrair investidores de todo o mundo a investirem cá de forma diversificada, aumentando, assim, a competitividade internacional de Macau. Ao mesmo tempo, deve divulgar as vantagens políticas e institucionais de Macau, por exemplo, estabilidade política, sistema jurídico perfeito, políticas de baixa taxa fiscal, etc., a fim de aumentar a confiança dos investidores.

3. Prestar mais atenção aos grupos vulneráveis: aumentar o valor da pensão e do subsídio para idosos; flexibilizar os requisitos para o pedido do subsídio para cuidadores, simplificando os respectivos trâmites, com vista a assegurar que os subsídios possam ajudar mais famílias necessitadas; aumentar o valor dos vales de saúde para ajudar nas despesas médicas; aumentar o investimento nos serviços de apoio social para melhorar a capacidade pessoal e a qualidade de vida.

Estou convicto de que, sob a liderança do novo Governo da RAEM, será possível concretizar o objectivo governativo de *“trabalhar com espírito empreendedor e avançar juntos, persistir no caminho certo e apostar na inovação”*, com vista a responder às solicitações e expectativas dos cidadãos mediante orientações políticas e medidas concretas e, promover, em conjunto, o progresso social de Macau.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 28.03.2025

Dar acompanhamento efectivo ao problema dos pisos tácteis direccionais, que se transformam em “armadilhas para as deslocações” numa cidade segura

Nos últimos anos, o Governo tem dado cada vez mais importância à criação de um ambiente livre de barreiras, com o empenho de satisfazer as necessidades dos diversos grupos e de lhes assegurar uma vida mais confortável. Apesar do aumento contínuo das instalações acessíveis, a respectiva taxa de utilização e utilidade prática continuam a ser afectadas por diversos factores. Por exemplo, os pisos tácteis direccionais devem supostamente servir de orientação segura para os invisuais, mas, na realidade, apresentam vários problemas que os transformam em eventuais “armadilhas para as deslocações” e os deixam assustados ao caminharem.

Segundo muitos invisuais, algumas instalações apresentam deficiências de concepção, não há ligação entre elas, e até estão tapadas por obstáculos, o que os impede de se deslocarem sozinhos, e às vezes até sofrem arranhões devido aos obstáculos nos pisos tácteis, que também afectam a circulação dos utilizadores de cadeiras de rodas, de pessoas com carrinhos de bebé e dos idosos. Na realidade, estes não são casos isolados, mas sim frequentes, o que demonstra que os pisos tácteis não conseguem produzir os devidos efeitos e podem até constituir potenciais riscos de segurança. Essas instalações até podiam estar em conformidade com os padrões estabelecidos na fase inicial da sua instalação, mas com o avançar do tempo, as condições forem sendo significativamente reduzidas, devido a má manutenção ou a deficiências de concepção.

O Governo deve avaliar periodicamente a situação de utilização das instalações sem barreiras e recolher as opiniões dos utentes, para identificar atempadamente os problemas e resolver as discrepâncias entre a situação de utilização e as previsões. Quanto aos problemas das deslocações dos invisuais, para além do reordenamento dos pisos tácteis direccionais, o Governo deve ponderar introduzir tecnologias inteligentes, por exemplo, introduzir sensores e combiná-los com aplicações de telemóvel, para oferecer orientações de voz ou avisos através de vibração, para aumentar a segurança das deslocações dos invisuais. Esta solução tecnológica não só pode suprir as insuficiências das instalações tradicionais para invisuais, mas também fornecer-lhes orientações mais precisas e convenientes. O Governo deve ainda considerar criar uma plataforma de comunicação *online*, para os cidadãos poderem transmitir, em tempo real, as situações e problemas que encontram nas instalações sem barreiras e, durante o processo de concepção e remodelação dessas instalações, deve contar com a participação dos deficientes visuais, utilizadores de cadeiras de rodas e idosos, para ouvir as suas necessidades reais e sugestões, assegurando a praticabilidade das instalações.

A construção de um ambiente sem barreiras é um processo complexo e longo e requer os esforços do Governo, organizações sociais e público. Só com constantes melhorias e aperfeiçoamentos é que será possível concretizar verdadeiramente o objectivo “sem barreiras”, para todos poderem viver em sociedade de forma livre e segura. Espera-se que o Governo continue a aumentar os investimentos na construção do ambiente sem barreiras e que, no futuro planeamento e respectiva implementação, preste mais atenção às

necessidades efectivas e experiência dos utentes, com vista a criar um ambiente mais acolhedor e conveniente para todos os cidadãos.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 28.03.2025

Aproveitar os bons ventos das “Duas Sessões” para uma melhor integração no desenvolvimento nacional

Nas “Duas Sessões” de 2025, que encerraram com sucesso, se revestem de grande significado e têm um profundo impacto, definiram-se objectivos económicos e orientações políticas, depois de se terem atingido, com elevada qualidade, os objectivos do 14.º Plano Quinquenal, e definiram-se ainda os objectivos para a concretização das bases sólidas para o bom arranque do 15.º Plano Quinquenal. Neste momento, o Governo e a sociedade estão a aprofundar a aprendizagem para a implementação do espírito das “Duas sessões”, a aproveitar as novas oportunidades desta nova fase, a acelerar a integração no desenvolvimento nacional e a criar uma nova conjuntura para o desenvolvimento de alta qualidade do princípio “Um País, Dois Sistemas”.

Na plena implementação do espírito das “Duas sessões”, Macau deve desenvolver as suas vantagens, servir as necessidades do País, alcançar um melhor desenvolvimento no contexto do desenvolvimento nacional e contribuir mais para o País. Assim sendo, apresento três sugestões:

1. Concentrar os trabalhos da inovação tecnológica para criar mais possibilidades para o desenvolvimento económico de Macau. Promover a modernização ao estilo chinês com a ciência e a tecnologia na dianteira, pois o único caminho a seguir é a inovação tecnológica. O País está a caminhar para a “inovação”, portanto, Macau deve reforçar a promoção do desenvolvimento da inovação científica e tecnológica. Nas “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” define-se claramente a construção de um centro internacional de inovação científica e tecnológica, e Macau é uma das quatro cidades-chave do corredor para a inovação científica e tecnológica, e no “Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da RAEM (2024-2028)”, refere-se expressamente que, até 2028, Macau terá de registar um progresso efectivo no desenvolvimento das indústrias de alta e nova tecnologia. Macau deve articular-se activamente com a estratégia nacional, agarrar-se à inovação tecnológica, promover os grandes projectos de ciência e tecnologia e as importantes plataformas de inovação, continuar a elevar a capacidade e a vitalidade da inovação tecnológica, acelerar a formação de pessoal no desenvolvimento da produtividade e apoiar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

2. Reforçar o nosso grau de abertura bidireccional para ajudar o País a atingir um nível mais elevado de abertura ao exterior. 2025 será o ano crucial para a China promover um alto nível de abertura ao exterior, e quanto maior o grau de abertura mais se poderá impulsionar o desenvolvimento económico do País com mais qualidade. Macau é um porto de comércio livre e uma economia livre e totalmente aberta, pois possui as vantagens institucionais do princípio “Um País, Dois Sistemas” e do seu posicionamento como “Um Centro, Uma Plataforma e Uma Base”. Macau, com o apoio da Pátria e a sua ligação ao mundo, pode

criar um ambiente de excelência para os negócios no âmbito da estabilidade do desenvolvimento do comércio externo do País, atraindo mais recursos de qualidade internacional para o Interior da China, para a promoção e construção da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” com qualidade, e pode ainda apoiar mais empresas do Interior da China a abrirem-se ao mundo, servindo melhor o País no processo de abertura ao exterior.

3. Inovar as formas de educação patriótica e transmitir os valores nucleares do amor pela Pátria e por Macau. O patriotismo é o núcleo do espírito da nação chinesa e é a fonte da virtude e do mérito de qualquer pessoa. A nova era da educação patriótica deve ser dirigida a toda a população e concentrar-se nos jovens. Macau deve continuar a inovar as formas de educação patriótica, integrar os respectivos conteúdos nas actividades escolares, desenvolver uma base de educação patriótica, e ajudar os jovens a conhecerem, de forma aprofundada, a história, a cultura e os êxitos do desenvolvimento do País e a reforçarem o seu sentido de identidade e de pertença ao País, com vista a formar mais quadros qualificados com sentido de patriotismo e responsabilidade.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 28.03.2025

Maximizar a eficácia da construção do Metro Ligeiro para resolver os problemas das inundações e do desenvolvimento

A entrada em funcionamento das linhas de Seac Pai Van e de Hengqin representa um grande salto no desenvolvimento do transporte ferroviário de Macau, e um dos principais objectivos do novo Governo é construir a Linha Leste e estudar e planear a Linha Oeste. Tenho grandes expectativas em relação a isso. A Linha Leste está em construção, e há quem defenda a sua extensão até à Doca de Lam Mau, Praia do Manduco, Barra e mesmo até próximo da saída da Ponte Governador Nobre de Carvalho, para além da ligação ao Posto Fronteiriço Qingmao. Concordo plenamente com esta proposta. Por outro lado, tendo em conta o problema das inundações no Porto Interior, convém que as autoridades, aquando do planeamento da Linha Oeste, articulem as obras de prevenção de inundações com a distribuição dos carris, efectuem estudos sobre os itinerários e procedam a avaliações ambientais, para assegurar a coordenação e a complementaridade entre o Metro Ligeiro e as medidas contra inundações, desenvolvendo a eficiência diversificada do transporte ferroviário.

Com a conclusão das obras de controlo das inundações dos dois lagos a oeste de Coloane, entre os diques e a costa vão surgir dois lagos paisagísticos, um em Lai Chi Vun e outro na Avenida de Cinco de Outubro, locais adequados para o desenvolvimento do ecoturismo. O desenvolvimento do turismo comunitário em Coloane está cada vez mais amadurecido, por isso, há que aperfeiçoar as instalações complementares de trânsito e de apoio à vida da população, pois só assim é que será possível promover a estabilidade da população e o desenvolvimento sustentável da indústria turística naquela zona.

Então, sugiro o seguinte:

1. A Linha de Seac Pai Van entrou em funcionamento em Novembro do ano passado, mas por agora só se concentra no bairro de Seac Pai Van. Com o desenvolvimento do turismo comunitário de Coloane e o surgimento do ecoturismo nos lagos paisagísticos, o Governo deve acelerar a extensão da Linha de Seac Pai Van até à Vila de Coloane, Lai Chi Vun, Ká Hó e Praia de Hac Sá, entre outras zonas, para reforçar a sua função de atrair passageiros e concretizar um sistema com o metro ligeiro como principal meio de transporte.

2. O problema das inundações perturba a vida da população, portanto, proponho a articulação entre os trabalhos de construção da Linha Oeste e os trabalhos de controlo das inundações, para se criar uma paisagem de “um rio, duas margens”, e que se aproveite esta construção para se conseguir um planeamento urbanístico razoável. Ainda quanto à construção da Linha Oeste, há que lançar medidas abrangentes para aumentar a capacidade de prevenção de inundações, reduzir o respectivo impacto e garantir a articulação e complementaridade entre o metro ligeiro e as medidas contra inundações. Há ainda que estudar outras soluções para resolver o problema das inundações, para além da construção de comportas.

3. O projecto dos “Dois lagos” para controlo das inundações em Coloane tem múltiplos benefícios para o tratamento das inundações e a criação dum espaço de ecoturismo. O Governo deve iniciar, quanto antes, as obras de reordenamento da rede de drenagem de águas residuais da Vila de Coloane, para assegurar a qualidade da água dos lagos paisagísticos e do ambiente costeiro, e otimizar as instalações complementares de trânsito, água, electricidade, e telecomunicações, e planear a criação de parques de estacionamento públicos, para satisfazer as necessidades do desenvolvimento global de Coloane, melhorar o ambiente de vida dos moradores e transformar aquela zona num plano de desenvolvimento zonal de Macau.

Por último, espero que o Governo aproveite a eficácia da construção do Metro Ligeiro para resolver os problemas das inundações e do trânsito, que persistem há muitos anos, para se construir, em conjunto, uma cidade feliz e com condições ideais de vida.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 28.03.2025

Desenvolvimento das PME e emprego dos residentes

Com o encerramento das reuniões da Assembleia Popular Nacional e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, o Relatório de trabalho do Governo atraiu a atenção de todos os sectores da sociedade. O relatório dá sinais positivos para a estabilização da economia, promoção do consumo, dinamização das indústrias e garantia de emprego, o que contribui significativamente para o desenvolvimento económico de Macau. Ao mesmo tempo, constitui uma valiosa inspiração para resolver os problemas que Macau está a enfrentar, ou seja, a diversificação das indústrias, o desemprego estrutural e o desenvolvimento económico dos bairros comunitários.

Agora, passeando pelas ruas de Macau, encontram-se por todo o lado lojas desocupadas, e embora a economia esteja a recuperar de forma estável e o número de turistas continue a aumentar, muitas PME locais continuam a enfrentar grandes dificuldades, e algumas delas enfrentam mesmo uma difícil situação, pois não conseguem pagar as dívidas, necessitando urgentemente de políticas de apoio para a inovação e reconversão, pois só assim é que será possível ultrapassar as dificuldades e concretizar o desenvolvimento sustentável.

As PME dos bairros comunitários não só facilitam as compras dos residentes, como também proporcionam uma experiência autêntica aos turistas que passeiam pela cidade, assim, sugiro ao Governo que acelere o estudo relativo ao plano de três níveis que visa promover o desenvolvimento das PME e, tendo em conta os estabelecimentos comerciais dos diferentes bairros comunitários e sectores, efectue estudos para conhecer, de forma abrangente, a situação real das PME de todas as zonas. Ao mesmo tempo, atendendo às opiniões das empresas e às características dos sectores, há que proceder à avaliação e ao ajustamento dos três planos de apoio e das medidas de bonificação de juros de créditos existentes, no sentido de assegurar que estes correspondem às necessidades das empresas, contribuindo para o desenvolvimento estável das PME.

Mais, as PME de Macau são, na sua maioria, dos sectores da restauração e do comércio a retalho, entre outras áreas tradicionais, e os tipos de lojas que se encontram nas ruas são semelhantes, portanto, a concorrência entre si é feroz. Proponho ao Governo que aproveite os planos de revitalização das seis zonas históricas para promover a cooperação entre as empresas de lazer e as PME, tomando como referência o “Arraial na Ervanários”, no sentido de fomentar o desenvolvimento de “círculos comerciais”. Convém integrar a cultura chinesa, a gastronomia, os costumes portugueses, o património cultural intangível, entre outros elementos, para criar zonas com características próprias, e estender-se a iniciativa a outros bairros comunitários, concretizando-se assim o objectivo de que “todas as zonas e ruas têm as suas características”, para diversificar os cenários de consumo e melhorar a experiência dos visitantes. Sugiro ainda que, em conjugação com o governo

electrónico, se acelere o processamento das formalidades administrativas, como o registo de novas empresas e o pedido de licença, para reduzir os custos de abertura.

É de salientar que a nova fase do “Grande prémio para o consumo nas zonas comunitárias”, recentemente iniciado, tem um significado importante para a promoção do consumo dos bairros comunitários e a redução dos encargos dos residentes. Espera-se que o Governo continue a prestar atenção e a rever a eficácia desta actividade, e que ausculta e recolha amplamente as opiniões da população, para ajustar, de forma flexível, os respectivos benefícios e as respectivas medidas, para que esta actividade possa beneficiar verdadeiramente a população em geral e as PME.

Por último, o problema do desemprego estrutural continua a sobressair, pelo que se propõe ao Governo que reforce, de forma contínua, a correspondência profissional, criando um mecanismo de acompanhamento e, em conjugação com a tendência do desenvolvimento das indústrias “1 + 4”, optimize o planeamento da carreira profissional dos jovens, lançando mais projectos de formação profissional e realizando, em conjunto com as empresas, planos de formação nos postos de trabalho, com vista a estabilizar, em todas as vertentes, o emprego dos residentes.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 28.03.2025

Expectativas para o relatório das LAG para 2025

O Presidente Xi Jinping sublinhou, durante a sua visita a Macau, que o novo Governo da RAEM deve unir e liderar todos os sectores da sociedade, agarrar as oportunidades, empenhar-se na reforma, assumir as responsabilidades e maximizar as vantagens do princípio “Um País, Dois Sistemas” e criar um novo cenário para o desenvolvimento de alta qualidade da causa “Um País, Dois Sistemas”. Este é o primeiro ano do novo mandato do Governo da RAEM, e toda a sociedade de Macau está ansiosa pelo seu primeiro relatório das LAG. Os diversos sectores da sociedade apresentaram activamente as expectativas e sugestões sobre a acção governativa, esperando que o Governo da RAEM não se esquive às dificuldades e desafios, e tenha coragem de assumir responsabilidades, seja pragmático e empreendedor, procure novas mudanças e responda activamente às solicitações da população.

No Relatório de Trabalho do Governo apresentado durante as Duas Sessões (Assembleia Popular Nacional e da Conferência Política Consultiva do Povo Chinês) deste ano, consta que se deve "promover mais recursos financeiros para ‘investir na população’ e servir o seu bem-estar", e isso demonstra a persistência do País no conceito de desenvolvimento centrado no povo. O Governo da RAEM deve também "atender às necessidades da população e resolver as suas dificuldades", canalizando os recursos financeiros para satisfazer as necessidades do desenvolvimento e as expectativas da população, especialmente agora em que a economia de Macau está a recuperar de forma desequilibrada, os preços de alguns produtos essenciais continuam a subir. Além disso, o duplo desafio da baixa taxa de natalidade e do envelhecimento da população afecta o desenvolvimento sustentável da sociedade, e apresenta novas exigências para a educação e os serviços sociais de Macau. Assim, o relatório das LAG para 2025 deve prestar grande atenção a estes problemas, e concentrar-se na melhoria da qualidade de vida da população, no reforço dos equipamentos básicos que sejam inclusivos e de salvaguarda do bem-estar. O sistema de segurança social deve ser aperfeiçoado e devem ser apresentadas políticas e medidas eficazes para atenuar o impacto da baixa taxa de natalidade e do envelhecimento da população, criando um ambiente melhor para a vida dos residentes, e promovendo o desenvolvimento harmonioso e estável da sociedade.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Aumentar de forma adequada a pensão e o subsídio para idosos, o subsídio para cuidadores e os vales de saúde, reforçar o apoio às famílias, idosos, grupos vulneráveis com necessidades e serviços sociais; definir políticas e medidas de longo prazo para fazer face ao envelhecimento da população, lançar medidas de apoio à cooperação transectorial e promover o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias inteligentes nos serviços sociais.

2. Agendar a legislação sobre o ambiente livre de barreiras arquitectónicas, definir uma calendarização para a produção legislativa e estabelecer um mecanismo de comunicação regular com a sociedade para assegurar que a legislação se adapta às necessidades reais. Ao

mesmo tempo, proceder, em tempo oportuno, à reorganização e ao aperfeiçoamento do regime de apoio financeiro às instituições de serviço social, com vista a assegurar a estabilidade e o desenvolvimento sustentável das mesmas e dos seus trabalhadores.

3. Definir políticas de incentivo à natalidade, nomeadamente, aumentar os subsídios de nascimento e de educação infantil, aumentar as licenças de maternidade e paternidade remuneradas, lançar mais políticas e medidas de apoio às famílias e reduzir os encargos das famílias com a educação dos filhos, com vista a aumentar a natalidade.

4. Dar mais atenção à tendência da baixa taxa de natalidade e ao seu impacto no sistema educativo, definir medidas de curto, médio e longo prazo, apoiar as escolas com menos recursos a elevarem o seu nível educativo e competitividade e, através de uma revisão periódica do regime de apreciação e aprovação do fundo educativo, edificar de forma sólida o corpo docente e inovar os modelos pedagógicos, com vista a melhorar o ambiente educativo e elevar a sua qualidade.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 28.03.2025

Promover a indústria financeira moderna de Macau

Com o desenvolvimento da Grande Baía nesta nova fase, o sector financeiro, enquanto pilar do desenvolvimento económico, está a tornar-se um motor importante para a integração regional. Com as vantagens de “Um País, Dois Sistemas”, zona aduaneira independente e porto franco, Macau tem promovido a indústria financeira moderna, e reforçado o seu papel no sistema financeiro regional, apostando no mercado de obrigações, gestão de fortunas e finanças verdes.

Nos últimos anos, o Governo alterou e lançou várias leis para o sector financeiro, que estabeleceram a base jurídica para o respectivo desenvolvimento. No final de Junho de 2024, o total dos activos do sector financeiro atingiu 2717,4 mil milhões de patacas, mais 25% do que em 2019, o número total de instituições financeiras aumentou para 102, e a dimensão do mercado de obrigações ultrapassou 740 mil milhões de patacas. No entanto, em comparação com as regiões vizinhas, o mercado de capitais de Macau ainda está na fase inicial de desenvolvimento, e é necessário elevar a amplitude e a profundidade do mercado, bem como acelerar a inovação dos produtos financeiros.

Durante a sua visita a Macau no ano passado, o Presidente Xi Jinping expressou claramente que Macau deve ter uma visão de longo prazo ao promover o seu desenvolvimento e integrar-se activamente no desenvolvimento nacional, nos seus discursos, apresentou “três expectativas” e “quatro esperanças”, e o novo Governo da RAEM tem de concretizar os “quatro objectivos de Macau”. Sob estas orientações, Macau deve desenvolver e explorar ainda mais as suas vantagens regionais e políticas, no sentido de aprofundar a cooperação financeira na Grande Baía, de promover a facilitação dos fluxos transfronteiriços de capitais e de reforçar a ligação financeira regional. A cooperação financeira transfronteiriça Hengqin-Macau está numa fase de avanço, portanto, Macau precisa de se adequar à estratégia de abertura institucional do País, optimizar o mecanismo de acesso ao mercado e de gestão financeira transfronteiriça, elevar a eficiência da ligação com o mercado financeiro do Interior da China, explorar activamente os modelos de desenvolvimento coordenado com Hong Kong e as principais cidades financeiras do Interior da China, e aproveitar plenamente as vantagens do mercado e das políticas da Grande Baía, para acelerar a promoção do desenvolvimento de alta qualidade do sector financeiro.

Para potenciar ainda mais as vantagens do sector financeiro, promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, estabelecer um posicionamento financeiro mais estável de Macau na Grande Baía e no mercado internacional, e fomentar a integração de Macau no desenvolvimento nacional, com vista a um desenvolvimento sustentável a longo prazo, apresento as seguintes sugestões:

1. Reforçar o processo de integração financeira entre Hengqin e Macau. Tendo em conta o principio da “necessidade de três verificações” proposta pelo Presidente Xi Jinping, há que dar mais um passo para impulsionar o acesso ao mercado financeiro, a articulação entre capitais transfronteiriços e entre a fiscalização dos dois lados, recorrer à inovação da gestão

da rede electrónica de capitais transfronteiriços, para criar um mecanismo de facilitação do investimento e financiamento transfronteiriço adequado ao desenvolvimento da alta e nova tecnologia e da indústria da saúde, reforçar a eficiência do fluxo de capitais e de dados bem como a mobilidade de recursos entre Hengqin e Macau, tudo para cimentar uma base sólida para a segunda fase de desenvolvimento de alta qualidade da Zona de Cooperação Aprofundada.

2. Reforçar a interligação entre os mercados financeiros de Macau e Hong Kong, desenvolvendo o papel de “introdução de negócios para o mercado interno e promover a interacção com o exterior” das plataformas financeiras das duas regiões administrativas especiais, para, com base nisso, reforçar a qualidade e a eficiência do mercado de obrigações. Com base na ligação existente entre a *MCSD* de Macau e a *CMU* de Hong Kong, acelerar a articulação com o mercado internacional de títulos obrigacionistas e aprofundar a cooperação nas áreas das finanças verdes, tecnologia financeira, e serviços financeiros profissionais, entre outras, com vista a reforçar a competitividade dos serviços financeiros internacionais de Macau.

3. Enriquecer o conteúdo dos serviços financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Com base nos mecanismos do Fórum de Macau e do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa, reforçar a interacção entre a “Plataforma de Macau e os recursos do Interior da China”, aproveitar o regime fiscal de baixa tributação e as vantagens de porta de entrada no mercado do Interior da China, promover a captação de investimentos e o desenvolvimento do comércio transfronteiriço. Deve ainda abordar-se a possibilidade de criação de um mecanismo de articulação com os investimentos dos fundos de soberania dos Países de Língua Portuguesa, impulsionar a adopção do modelo de “avaliação de risco do Interior da China + exportação em matéria financeira de Macau + exploração dos mercados dos Países de Língua Portuguesa”, para atrair a participação de capitais, reforçando o grau de internacionalização de Macau.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 28.03.2025

Apoiar as micro e PME é uma questão social premente. O encerramento por não conseguirem resistir não se resume apenas ao insucesso de algumas delas, antes sim às características sectoriais e à transversalidade das suas dificuldades. Com os residentes habituados a consumir no Interior da China, é muito difícil retê-los em Macau, por isso, o mais importante é saber como “alargar as fontes”. De acordo com os últimos dados dos Serviços de Estatística e Censos, em 2024 entraram 7,17 milhões de visitantes da Região Administrativa Especial de Hong Kong, o triplo do número de turistas internacionais, tornando esta região a segunda principal fonte de turistas, a seguir ao Interior da China. Estes números demonstram a importância dos visitantes de Hong Kong para o mercado turístico de Macau, e sobretudo com a proximidade geográfica e pessoal entre Hong Kong e Macau, os hábitos de consumo dos visitantes de Hong Kong coincidem com o âmbito dos serviços das micro e PME dos bairros comunitários. Para a sustentabilidade das micro e PME, é essencial saber como reforçar a condução dos turistas de Hong Kong para esses bairros. Precisamos de juntar a nossa sabedoria, prestar melhores serviços e reforçar a atracção dos visitantes de Hong Kong.

O Governo está a ponderar fixar um limite máximo para as tarifas do Auto-Silo Este da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, cobrando um máximo de apenas 120 patacas por cada 24 horas de estacionamento. Esta medida é, sem dúvida, vantajosa para os turistas de Hong Kong que optam por conduzir até Macau e contribui para elevar a sua experiência de viagem. Porém, devemos ter consciência de que, em comparação com a distribuição directa de vales de consumo, os benefícios nas tarifas de estacionamento podem ser menos atractivos. Os turistas de Hong Kong pensam como os residentes de Macau, por isso, acredita-se que a medida de “distribuição de vales de consumo”, que incentiva directamente o consumo, seja mais bem aceite e eficaz. A forma de “consumir para obter subsídio” pode atrair mais turistas de Hong Kong a utilizarem o referido parque de estacionamento e também pode estimular o mercado.

Assim sendo, apresento as seguintes duas sugestões:

1. Entre Abril e Junho, o Governo deve disponibilizar mais benefícios de consumo aos turistas, e implementar a bonificação às tarifas de estacionamento nos auto-silos da Ponte HK- Macau - Zhuhai. Através da divulgação da política de “dedução” das tarifas de estacionamento em função do valor do consumo, é possível incentivar os turistas de Hong Kong a gastarem determinado montante nas lojas localizadas em determinadas zonas mais ligadas à vida da população, sobretudo se puderem, com o comprovativo de consumo, gozar da dedução de parte ou do total das tarifas. Isto pode aliviar os encargos económicos dos turistas e, ao mesmo tempo, levá-los a consumir nas zonas onde se concentram as micro e as PME, com vista a dinamizar a economia nessas zonas.

2. O plano de dedução das tarifas de estacionamento deve articular-se com o âmbito e a frequência da actividade “Grande Prémio para o consumo nas zonas comunitárias 2025”. Este ano, por ocasião do 20.º aniversário da inscrição do Centro Histórico de Macau na Lista

do Património Mundial, é possível dar um passo em frente e disponibilizar mais deduções quando os turistas consumirem em determinadas zonas, uma medida que pode contribuir para redireccionar os turistas para consumirem e visitarem determinados bairros comunitários.

Estas sugestões, a serem aceites, podem servir como incentivo, e estou em crer que o Governo vai ser prudente nos detalhes e nas medidas, pois, “Duas cabeças pensam melhor do que uma só”. As soluções não são sempre perfeitas, por isso, solicito que todos aproveitem a inteligência para criar mais oportunidades de negócio para as micro e PME, e que todos, em conjunto, contribuam com mais ideias e soluções.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 28.03.2025

Optimizar o planeamento do trânsito da Zona A e aperfeiçoar as respectivas instalações complementares

As obras de construção na Zona A decorrem a bom ritmo. Após a entrada em funcionamento da Ponte Macau e a via de acesso A2 verificou-se um aumento do fluxo de pessoas e de veículos na Zona A, assim, todos os sectores estão atentos ao planeamento comunitário e às infra-estruturas públicas nessa zona. Os residentes que concorreram para as habitações económicas de 2019 estão a começar a escolher as fracções da Zona A, e neste trimestre já tiveram início as obras quer de quatro das oito escolas constantes do plano da aldeia de escolas e quer de um centro de actividades educativas. Podemos prever que será elevado o número de residentes, estudantes e pessoal docente e não docente a deslocar-se diariamente até àquela zona, por isso, devemos reflectir sobre as formas mais convenientes para facilitar as deslocações e elevar a segurança do trânsito.

Ainda estão em curso muitas obras na Zona A, pois ainda estão por aperfeiçoar as zonas verdes, as instalações complementares e as vias rodoviárias, entre outras questões. A Zona A foi planeada de raiz, e quando as escolas mudarem para lá, os alunos vão ter de deslocar de uma zona para outra, portanto, há que dar especial atenção às instalações rodoviárias, especialmente durante as horas de entrada e saída da escola, e que ponderar bem os locais para a tomada e largada de passageiros temporária para assegurar a fluidez do trânsito, caso contrário haverá congestionamentos. Actualmente, nas outras zonas perto das escolas faltam locais para tomada e largada de passageiros, e quando os pais vão levar ou buscar os filhos, há sempre congestionamentos do trânsito que, às vezes, podem até afectar a segurança do pessoal docente e dos alunos.

A fim de elevar a eficiência do funcionamento rodoviário geral da Zona A, evitar eventuais problemas de congestionamento do trânsito e criar um ambiente de deslocação mais seguro e ordenado nas imediações das escolas, apresento as seguintes sugestões:

1. O Governo deve ponderar sobre a capacidade de transporte da Zona A, e planejar, com antecedência, os pontos de acesso em frente às escolas e as zonas de estacionamento circundantes, para os pais poderem estacionar os veículos quando vão buscar e deixar os alunos de forma ordenada, evitando o estacionamento ilegal e o congestionamento do trânsito, para os alunos e o pessoal docente poderem chegar directamente à escola através de corredores pedonais, evitando que tenham de cruzar-se com os veículos e aumentando a segurança e a eficiência da circulação.

2. Segundo os serviços competentes, vai ser criado um “sistema de mobilidade suave” nas proximidades do “Bairro de Escolas”, para ligar as zonas envolventes e facilitar a deslocação a pé dos residentes até às escolas. A ideia de ligar as zonas residenciais desta forma é muito boa. Mas, tendo em conta que muitos residentes não vivem na Zona A e têm de conduzir para levar os filhos à escola, por isso, sugere-se que se aproveite bem o referido

“sistema” e se alargue a área periférica, transformando-a numa zona de tomada e largada de passageiros, para garantir a segurança dos professores e alunos e reduzir os congestionamentos do trânsito.

3. Para aliviar a pressão do trânsito nas imediações das escolas, o Governo pode criar carreiras de curta distância para os transportes públicos durante as horas de entrada e saída das escolas, fazendo a ligação entre os bairros comunitários tradicionais e as proximidades das novas escolas da Zona A, para incentivar os pais e alunos a utilizarem os transportes públicos até à escola. Em conjugação com o desenvolvimento comunitário, pode efectuar-se uma ligação directa entre as vias pedonais, centros modais de transportes públicos, zonas residenciais e comerciais, criando um ambiente pedonal comunitário mais conveniente e reduzindo os riscos para a segurança dos alunos quando atravessam as ruas.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 28.03.2025

Agilizar a organização dos Jogos Nacionais e a participação dos atletas de Macau

Os Jogos Nacionais da República Popular da China, que se realizam a cada quatro anos, são o maior evento multidesportivo a nível nacional. A 15.^a edição dos Jogos Nacionais da República Popular da China terá lugar no dia 9 de Novembro do corrente ano, em Guangdong, Hong Kong e Macau, e aqui vão decorrer competições de 5 modalidades: ténis de mesa, basquetebol de 3, basquetebol de 5 (masculino sub 18), voleibol (feminino adultos) e karaté. Macau, uma das entidades organizadoras, deve empenhar-se na organização das competições locais e contribuir para o sucesso dos Jogos Nacionais, e aproveitando bem as suas vantagens, deve seguir o lema “Jogos Nacionais em benefício do bem-estar da população e de uma China saudável”, incentivando a participação dos atletas locais e dos cidadãos, tirando partido dessa aprendizagem e do intercâmbio entre atletas para elevar o nível desportivo de Macau.

A 15.^a edição dos Jogos Nacionais conta com 34 modalidades principais de competição e 23 modalidades de desporto colectivo, cujos regulamentos são publicados pelo Gabinete da Administração Geral do Desporto da China. Segundo o sector do desporto, os atletas e os seus encarregados de educação, até ao momento, ainda não obtiveram uma resposta clara sobre as modalidades nas quais os atletas de Macau vão participar, a selecção de atletas e o número de participantes, etc. O prazo de inscrição em algumas modalidades está prestes a terminar, e os interessados estão preocupados com a possibilidade de perderem a oportunidade preciosa de participar neste evento desportivo co-organizado por Macau.

De facto, de acordo com os “Regulamento Geral das Competições” e o “Regulamento Geral das Competições em Massa”, as equipas de Guangdong, Hong Kong e Macau, cidades onde se realizam os jogos, podem não participar nas provas preliminares e optar por participar directamente nas provas finais. Recentemente, tive conhecimento que várias associações desportivas apresentaram, no início do corrente ano, o plano e a lista de participantes, mas até agora ainda não receberam resposta do Instituto do Desporto. É de salientar que relativamente às modalidades de basquetebol, futebol, voleibol, ténis de mesa e badmington, Macau pode enviar pelo menos um atleta, ou uma equipa para participar directamente na fase final, os quais estão dispensados de fazer o exame de aptidão física. Por exemplo, na natação, os atletas de Macau podem participar nas provas finais se atingirem os padrões dos Jogos Nacionais anteriormente organizados pela Associação Geral de Natação de Macau, China. Mesmo que o número de atletas que reúnem as condições seja inferior a 8, as equipas de Macau têm condições de participar. É evidente que esta é uma oportunidade dada pelo Estado a Hong Kong e a Macau para que um maior número dessas regiões participe neste grande evento. Por isso, o Governo de Macau deve também dar o seu apoio activo e promover a participação dos atletas locais nesse evento.

Em Macau, não há respostas claras sobre a de atletas nas competições e as provas de selecção para as modalidades de grupo ainda não arrancaram. De acordo com os "Regulamentos gerais das actividades do Desporto para Todos", as entidades participantes devem avançar com a campanha “Quero participar nos Jogos Nacionais”, promovendo o

ambiente desportivo junto da população, identificando e seleccionando atletas. Isto significa que, para além de voluntários ou de espectadores ou apoiantes, a população em geral tem a oportunidade de representar Macau nas actividades do Desporto para Todos, participando a vários níveis neste evento desportivo nacional.

Mas, lamentavelmente, até agora, as autoridades ainda não realizaram qualquer prova de selecção para as modalidades do “desporto para todos” dos Jogos Nacionais, conforme exigência do Gabinete da Administração Geral do Desporto do Estado. Em Janeiro deste ano, Hong Kong iniciou o processo de selecção de atletas para as provas do “desporto para todos”, cujas inscrições e provas de selecção se encontram em pleno andamento, e há dias, até concluiu o processo de selecção para a modalidade de karate-do, que vai ser organizada por Macau. Consultada a página electrónica oficial dos Jogos Nacionais de Macau, ali apenas há informações sobre a preparação das instalações e a formação dos voluntários, não havendo qualquer referência sobre a participação das equipas da RAEM nem sobre a programação das actividades de selecção para as modalidades do “desporto para todos”.

Faltam cerca de 7 meses para a inauguração da 15ª edição dos Jogos da Ásia Oriental, por isso, apelo ao Governo, às associações desportivas e aos organismos das modalidades em causa, para elaborarem, quanto antes, as listas dos participantes, aproveitando, na medida do possível, as vagas concedidas pelo País e dando oportunidade aos atletas que tenham vontade e aptidão para participar nessas competições. O Governo deve ainda, segundo as exigências do País, realizar, rapidamente, as provas de selecção - testes objectivos e técnicos - para avaliar o nível técnico dos atletas e seleccionar o maior número de atletas locais para representar Macau nos Jogos Nacionais, permitindo-lhes, com os seus esforços, brilhar e entregar-se a esse grande evento dos Jogos Nacionais.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 28.03.2025

Proceder à revisão legislativa para que a coordenação das obras públicas seja assumida por um único serviço público, evitando as escavações repetidas que afectam o tráfego e os negócios

Com o rápido desenvolvimento social de Macau e o crescimento da população, é natural que o número das obras públicas aumente. Porém, devido às ruas pequenas e estreitas de Macau e à falta de uma coordenação eficaz entre os diferentes serviços públicos, as estradas são frequentemente escavadas, o que não só afecta a vida dos residentes, provocando congestionamentos e afectando o bom funcionamento da sociedade, mas também tem impacto negativo no ambiente empresarial das pequenas empresas e dos lojistas.

As obras públicas são essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade e contribuem para o crescimento do PIB e para a manutenção de um certo número de postos de trabalho. Entretanto, a eventual falta de um bom planeamento urbano e de uma programação científica resultará em enormes perdas económicas. Já há 10 anos, considerando o salário mínimo de 30 dólares por hora em Hong Kong, nessa altura, seis minutos adicionais de congestionamento do tráfego durante as horas de ponta representavam uma perda económica de 2,8 mil milhões de dólares à comunidade. Nas cidades mais desenvolvidas do Interior da China, as perdas económicas causadas pelo congestionamento do tráfego ascendem, mensalmente, a milhares de milhões de renminbis.

No ano passado, os autocarros de Macau transportaram, em média, 640 mil passageiros por dia. Assim, com base no salário mínimo de 34 patacas por hora, em caso de atraso de meia hora, as perdas económicas diárias superam 10 milhões de patacas, sem ainda contar com os prejuízos causados a outros utentes das vias públicas e aos estabelecimentos comerciais devidos às escavações e ao encerramento das vias.

O Governo apresentou várias soluções, como a criação de um grupo de coordenação de obras viárias e de uma aplicação de coordenação *online*, tendo também se comprometido a não repetir obras de escavação nas vias públicas no prazo de três anos. Entretanto, é lamentável que o fenómeno de repetição ainda persista, e a realização conjunta de obras novas mais as antigas até deixa a sensação de que a situação se agravou, pois há obras por todo o lado.

Há dias, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas criou, mais uma vez, dois grupos de trabalho para reforçar a comunicação e a coordenação interdepartamental, e sublinhou a necessidade de se proceder, com uma visão prospectiva, à organização antecipada das obras viárias. Pretendendo, assim, reduzir, radicalmente, os impactos negativos das obras viárias. Concorro com a importância que o novo Governo dá a esta questão, e apresento as seguintes sugestões ao Governo:

Primeiro, as obras públicas de Macau são coordenadas por um único serviço, considerando as experiências do passado, e embora número de obras tenha aumentado, com uma programação uniforme e ordenada, os impactos negativos no trânsito foram

efectivamente reduzidos. Raramente se verificam escavações repetidas. Por isso, a realidade revela que a coordenação por parte de um único serviço é mais eficaz do que a coordenação por parte de vários serviços. Tendo em conta que as obras públicas envolvem diferentes áreas, sugiro ao Governo que pondere recorrer à coordenação e planeamento ao mais alto nível, ou seja, através de uma Secretaria, no sentido de incumbir um único serviço para liderar a sua coordenação.

Em segundo lugar, quer nos procedimentos e mecanismos de coordenação, quer nas formas de organização *online*, quer nas orientações em termos de perspectivas, não há efeitos jurídicos nem efeitos vinculativos. Tendo em conta que as alterações do estado do tempo ou a situação *in loco* podem vir a pôr em causa o plano de coordenação, ou até levar ao insucesso do plano, sugiro que o novo Governo legisle ou elabore regulamentos para a implementação dos planos científicos das obras públicas, obrigando todos os serviços públicos a cumprir rigorosamente as respectivas disposições legais, desde o pedido para a realização das obras, coordenação, calendarização, até à apreciação, autorização e fiscalização, etc.

Em terceiro lugar, nos últimos anos, o Governo tem permitido a realização de algumas obras durante o período da noite, com vista a encurtar o prazo e acelerar as mesmas, no entanto, o ruído produzido durante esse período afecta o descanso dos residentes. Há alguns anos, o sector afirmou que é possível importar técnicas estrangeiras, instalando nas horas de ponta chapas de aço provisórias nas vias e com isso manter o fluxo rodoviário, reduzindo-se assim o ruído das obras nocturnas. Pelo exposto, solicito ao Governo que, aquando da apreciação e autorização das obras, tenha em conta as técnicas e medidas de optimização adoptadas pela empresa concessionária, com vista a assegurar que as futuras obras possam reduzir o impacto e o congestionamento causado, bem como possa garantir o descanso dos residentes das proximidades.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 28.03.2025

Durante as reuniões da Assembleia Popular Nacional (APN) e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC) deste ano (“Duas Sessões”), o Primeiro-Ministro Li Qiang salientou, no relatório de trabalho do Governo, “o apoio a Macau no desenvolvimento económico, na melhoria das condições de vida da população, no aprofundamento do intercâmbio internacional e na melhor integração no desenvolvimento nacional”, orientando desta forma o futuro desenvolvimento de Macau. Na sessão de divulgação do espírito das “Duas Sessões”, o Chefe do Executivo afirmou que o Governo vai impulsionar o desenvolvimento adequado e diversificado da economia através de novos pensamentos, com mais força e mais medidas. Macau encontra-se num período crucial de transformação rumo à diversificação adequada da economia, portanto, é necessário transformar o espírito das “Duas Sessões” numa estratégia de desenvolvimento sistemático, concretizando o desenvolvimento de alta qualidade na estratégia de servir melhor o País. Macau, enquanto “Pérola na palma da mão da Pátria”, tem um estatuto especial no desenvolvimento do País. As nossas indústrias da cultura e do turismo, enquanto motores importantes da promoção da diversificação adequada da economia, encontram-se numa nova era de modernização. Nos últimos anos, o Governo Central lançou várias políticas, com vista a prestar um forte apoio ao desenvolvimento das indústrias da cultura e do turismo de Macau, portanto, devemos transformar estas políticas de apoio em dividendos e elevar a nossa competitividade de forma sustentável, desenvolver as nossas vantagens no âmbito dos recursos turísticos, construir com maior competitividade um “ciclo ecológico de turismo +”, e promover a alta qualidade das indústrias da cultura e do turismo e o desenvolvimento diversificado.

Nos últimos anos, Macau tem promovido a estratégia de desenvolvimento diversificado e adequado “1 + 4”, promovendo activamente o “turismo +” e o desenvolvimento do sector do turismo integrado. Este ano, 54 restaurantes de Macau integraram o Guia Michelin 2025, o que demonstra o reconhecimento da qualidade da gastronomia de Macau e também que o sector da restauração está a desenvolver-se de forma diversificada. Macau deve apoiar-se na marca de “Cidade Criativa da Gastronomia” e promover a herança, a inovação e o intercâmbio gastronómico, e mostrar o encanto do “turismo + gastronomia”; e através da integração de recursos, aprofundar o desenvolvimento das nossas potencialidades culturais e a integração intersectorial do “turismo +”, com vista a criar um novo modelo de negócios e a orientar o desenvolvimento das indústrias culturais e turísticas com pensamento inovador, para injectar uma nova vitalidade nestas indústrias e criar um destino turístico de nível mundial mais atraente.

Durante a sua visita a Macau e a Hengqin, o Presidente Xi Jinping salientou a promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia. Macau deve aproveitar a Zona de Cooperação para explorar a inovação e aumentar a capacidade industrial, actualizar o IP do turismo cultural inter-regional e criar uma marca turística internacional competitiva. Com a entrada em funcionamento da Linha de Hengqin do Metro Ligeiro, a ligação entre Macau e as cidades da Grande Baía ficou mais fácil e conveniente, proporcionando desta

forma melhores oportunidades para o desenvolvimento do modelo de turismo “multi-destinos”. Macau deve integrar-se activamente na estratégia regional, em articulação com a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e o “Plano de Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, e desenvolver produtos turísticos complementares com as cidades da Grande Baía, construindo, em conjunto, um centro de turismo cultural no âmbito da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e, assim, consolidar ainda mais o seu papel como centro mundial de turismo e lazer.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 28.03.2023

Empenho na concretização dos objectivos de “Macau alicerçado no Estado de Direito, dinâmico, cultural e feliz”

O Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, apresentou os quatro objectivos principais de “Macau alicerçado no Estado de Direito, dinâmico, cultural e feliz”, os quais acompanham a realidade de Macau, envolvem planos de longo prazo e respondem às preocupações da sociedade, sendo pragmáticos, inovadores e benéficos à população.

Aproveitando as oportunidades decorrentes desta era, Macau está a potenciar activamente as vantagens únicas do princípio “Um País, Dois sistemas”, a acelerar a construção de “Um Centro”, “Uma Plataforma” e “Uma Base”, a promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, e a integrar e servir afincadamente o desenvolvimento nacional. Em relação ao empenho com vista à promoção da concretização dos “quatro objectivos de Macau”, apresento as seguintes considerações:

1. O Estado de Direito em Macau

O Presidente Xi Jinping afirmou: “A lei é um instrumento importante para a governação do país, e o Estado de Direito é um suporte importante do sistema e da capacidade de governação do país”. Assim, a construção de “Macau governada pelas leis” é uma exigência importante para promover o aumento da capacidade de governação e a modernização do sistema de governação da RAEM. Através do aperfeiçoamento contínuo do processo do Estado de direito na RAEM, promovemos a segurança e a estabilidade de Macau, concretizando a boa governação e a justiça social, lançando as bases para um Estado de Direito mais forte para caminharmos juntos segundo o princípio de “Empreendedorismo e Solidariedade, Persistência e Inovação”.

2. Vitalidade de Macau

Para reforçar a “vitalidade” urbana e a competitividade internacional de Macau, deve promover-se, em conjunto, a diversificação adequada da economia e a integração intersectorial entre o “turismo +” e o “+ turismo”. Deve reforçar a eficiência da base de inovação e empreendedorismo dos jovens em Macau e em Hengqin, criando um local de concentração de talentos de alto nível internacional, bem como promover a instalação da sede de investigação científica em Macau e participar, de forma aprofundada, na construção da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin e da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, com vista a introduzir uma nova “dinâmica” na RAEM através de indústrias diversificadas, talentos de alto nível e interacção regional. (5 linhas em Chinês)

3. Macau Cultural

Promover o turismo através da cultura e realçar a cultura através do turismo, para reforçar a cooperação aprofundada entre a cultura e o turismo. Numa fase posterior, devemos estudar e desenvolver projectos culturais e turísticos de grande envergadura.

Devemos melhorar os produtos turísticos de Macau, por exemplo: com base na "atração de turistas para as zonas comunitárias" criar mais "zonas com características próprias para acolher visitantes"; reforçar o desenvolvimento sustentável de Macau enquanto cidade de turismo e cultura; elevar a imagem turística através da criação da marca "Macau Cultural", e assim atrair mais visitantes nacionais e estrangeiros, e reforçar o papel de Macau na promoção da aprendizagem mútua entre as civilizações chinesa e ocidental.

4. Macau feliz

Com base na garantia da qualidade de vida da população e na protecção do património cultural e da ecologia ambiental, devemos promover o desenvolvimento próspero da economia turística e dar importância à transformação dos dividendos económicos em bem-estar da população. No contexto do envelhecimento da população, devemos continuar a otimizar, de forma científica, a criação de uma "sociedade amiga", a aumentar o grau de felicidade e satisfação dos residentes, a criar um ambiente social harmonioso, e a empenharmo-nos na construção de "Macau feliz", com condições ideais para viver, trabalhar, estudar, viajar e viver a reforma. (chinês com 5 linhas)

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 28.03.2025

Unir as majestosas forças patrióticas e escrever um novo capítulo sobre o amor à China

Este ano comemora-se o 80.º aniversário da vitória da Guerra da Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e da vitória mundial contra o fascismo. O Fundo de Desenvolvimento Cultural lançou um plano para apoiar as associações na realização de actividades culturais e na divulgação do espírito da Guerra da Resistência. Perguntei a alguns jovens sobre a vontade de se envolverem, e eles afirmaram que concordavam plenamente, que iam definitivamente ponderar, mas tinham dúvidas: qual é a relação entre Macau e a Guerra da Resistência?

É uma boa pergunta. Os residentes nascidos em tempos pacíficos, sobretudo os jovens, vivem numa sociedade próspera e estável, e nem todos compreendem como os compatriotas de Macau se dedicaram a salvar a nação contra a invasão japonesa, por isso, neste novo marco histórico, temos de olhar para onde viemos, celebrar a memória dos mártires, tirar lições da história, e construir uma grande muralha de aço para defender a soberania e a dignidade nacional. Este trabalho desenvolve-se nos seguintes três aspectos:

1. Aprender com a história: reviver a história da salvação e sobrevivência da nação feita pelos filhos e filhas de Macau

Macau não foi atingida pela guerra, mas enquanto “ilha isolada especial”, serviu de apoio à luta contra a agressão japonesa. As escolas do Interior da China mudaram-se para Macau e os compatriotas de Macau dedicaram-se à causa da salvação nacional com coração e sabedoria. Os jovens foram para a guerra, o Hospital Kiang Wu e a Escola Hou Kong apoiaram os patriotas, o sector industrial e comercial angariou fundos para a linha da frente, e o sector da cultura e da educação fez da caneta arma para despertar a população. São fontes importantes do valor nuclear do “Amor pela Pátria e por Macau” dos compatriotas de Macau, e têm de ser divulgadas.

A pergunta dos jovens sobre a relação entre Macau e a Guerra da Resistência é matéria que deve ser reforçada urgentemente no ensino da história, para os factos históricos desta guerra servirem de elo espiritual para as novas gerações, para os jovens compreenderem que os compatriotas de Macau nunca faltaram à jornada de luta da nação chinesa.

2. A lei como fundamento: A justiça jurídica da questão histórica de Taiwan

A Guerra da Resistência contra a Invasão Japonesa teve como desfecho a rendição incondicional dos invasores, e a proclamação da legalidade justiceira do regresso de Taiwan à Pátria com a "Declaração do Cairo" e a "Declaração de Potsdam". A humilhação sofrida na derrota na Primeira Guerra Sino-Japonesa, que resultou na secessão de Taiwan, foi finalmente expurgada pela resistência solidária e irreduzível de toda a nação no combate que levou finalmente à vitória. Este episódio da História sustenta o postulado de que “quando o povo está unido, o país permanece forte e firme para sempre”.

Os movimentos independentistas de Taiwan estão agora a conspirar com as forças externas, tentando cortar as relações entre Taiwan e a civilização chinesa, mas a Lei Anti-Secessão é como uma âncora de estabilidade para combater eficazmente a arrogância e bazófia dos independentistas de Taiwan. O Presidente Xi Jinping afirmou: "A questão de Taiwan surgiu da fraqueza e da desordem da nação, e terá de acabar com o rejuvenescimento nacional". Por isso, devemos deixar os jovens ver claramente que qualquer tentativa de secessão é uma traição à história e um atropelo à lei.

3. Acção para concretizar o sonho: a missão histórica dos jovens na nova era

Neste momento em que se celebra o 80.º aniversário da vitória na Guerra da Resistência contra o Japão, perguntamo-nos: como é que podemos homenagear a História?

Primeiro, há que incentivar os jovens a realizarem exposições sobre a temática "Solidariedade e Salvamento da Pátria", para compreenderem o espírito da resistência contra a agressão japonesa, para permitir que a história seja palpável, e para o "Amor à Pátria e a Macau" provoque ressonância emocional.

Segundo, há que convidar académicos para prestarem esclarecimentos sobre a "Lei Anti-Secessão", usando o Direito como espada afiada para quebrar as falsidades independentistas de Taiwan, e consciencializar os jovens para a causa da defesa da soberania nacional.

Durante a Guerra da Resistência os compatriotas de Macau deram o seu contributo juntando-se às forças defensoras, e hoje os jovens também devem construir com as suas próprias acções a Grande Muralha. Neste momento em que recebemos o bastão do testemunho da História, vamos continuar a nossa missão com um novo e magnífico capítulo sobre o nosso "Amor à China", usando a história de Macau durante a Guerra da Resistência contra a invasão como material didáctico, e empenhando-nos na salvaguarda da soberania nacional e na completa reunificação da Pátria!

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 28.03.2025

Promover o desenvolvimento da economia da cultura e turismo de alta qualidade

Após a epidemia, a forma de consumo sofreu alterações, o grupo de consumidores e o modelo de consumo mudaram silenciosamente, situação que preocupa o Governo. Para reforçar o desenvolvimento económico pós-epidemia, o Governo, em cooperação com as seis grandes empresas de lazer, criou seis bairros culturais com características próprias, concentrou recursos para desenvolver a economia de concertos e, em conjunto com a indústria de turismo, lançou 250 mil prendas turísticas, para enriquecer a experiência do consumo turístico em Macau. Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, no ano passado, Macau recebeu cerca de 35 milhões de visitantes, mas o consumo *per capita* registou uma descida anual de 14 por cento, esta queda no turismo continua a ser o maior desafio de Macau, por isso, é necessário um novo motor e mais vitalidade para o desenvolvimento da economia do turismo de Macau.

Recentemente, o Gabinete do Conselho de Estado divulgou "Algumas medidas para promover novos pontos de crescimento para a prosperidade da cultura e do consumo turístico", e apresentou 18 medidas concretas em 6 áreas, com vista a desenvolver a capacidade cultural e o papel impulsionador do turismo. O referido documento visa aprofundar o conceito de "turismo cultural + outros sectores" e de "outros sectores + turismo", assim como, aumentar a oferta de produtos, enriquecer o ambiente e o cenário do sector de consumo, para melhor satisfazer as diferentes e multifacetadas práticas culturais e espirituais em diferentes níveis. Essas medidas trazem uma nova dinâmica para o desenvolvimento do turismo e do consumo, e criam também novas oportunidades para o desenvolvimento da cultura, do turismo e da economia de Macau. No processo de integração de Macau no desenvolvimento nacional, é necessário aproveitar bem o período rápido de desenvolvimento da indústria cultural e turística do País, e o Governo da RAEM deve acelerar a oferta de recursos culturais e turísticos. Deve nomeadamente explorar e integrar os recursos das zonas culturais de Macau, reunir personalidades famosas, atrair lojas famosas, produtos famosos, etc., com vista a dinamizar o desenvolvimento comunitário através do turismo cultural. É necessário ainda aproveitar os recursos de terrenos existentes para criar marcos culturais, promover o desenvolvimento de alta qualidade da economia cultural e turística de Macau e, em articulação com o novo posicionamento "Macau + Hengqin", atrair a vinda a Macau de produtos de qualidade das culturas chinesa e ocidental, transformando-nos num centro de intercâmbio cultural entre a China e o Ocidente, e abrindo um novo capítulo para o desenvolvimento de Macau.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Devido às mudanças verificadas na estrutura dos consumidores do Interior da China, o Governo tem realizado diversas actividades, tais como espectáculos, concertos e eventos desportivos. Sugiro ao Governo que aproveite a oportunidade da "economia de eventos" e maximize o efeito das celebridades, orientando os recursos culturais e turísticos para as PME, ajudando-as a criar "lojas famosas, cozinheiros famosos e pratos famosos" e aumentando a sua exposição, com vista a concretizar o objectivo de "elevar a qualidade e melhorar o

desenvolvimento destas através da realização de eventos”. Deve ainda aproveitar os recursos dos solos para criar novos marcos culturais e turísticos, dinamizando ainda mais a indústria cultural e turística e promovendo o desenvolvimento de alta qualidade do pilar económico da cultura e turismo.

2. Macau é uma cidade do Património Mundial, com Centro histórico composto por 22 imóveis classificados e 8 largos que ligam bairros com características culturais. O Governo revitalizou as zonas históricas e de espectáculos culturais e artísticos para dotar os bairros comunitários de maior capacidade para o fluxo de pessoas. O Governo deve avaliar os trabalhos de revitalização, incentivar as seis empresas integradas de turismo e lazer a integrarem de forma interactiva mais recursos artísticos e culturais no Centro, para criar um novo cartão de visita com características culturais chinesas e ocidentais, realizando por exemplo espectáculos artísticos e culturais chineses e ocidentais nos imóveis e largos, para redireccionar os turistas para os diversos bairros históricos e desenvolver o nosso Centro Histórico; e com o novo posicionamento de “Macau+Hengqin”, deve reforçar a sinergia dos recursos artísticos e culturais, e lançar, em conjunto, pacotes de benefícios de consumo artístico e cultural, para promover a nova integração do desenvolvimento cultural e turístico entre Hengqin e Macau e acelerar o desenvolvimento diversificado das indústrias de Macau.